

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Dário de Paulo Castro

Max Nordau e a Comunicação Social

**Brasília
2005**

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Dário de Paulo Castro

Max Nordau e a Comunicação Social

**Monografia apresentada para conclusão
do curso de Comunicação Social,
Bacharelado em Jornalismo.**

Orientador: Érico da Silveira

**Brasília
2005**

Autor

Dário de Paulo Castro

Título

Max Nordau e a Comunicação Social

Local de realização da banca

Centro Universitário de Brasília – Brasília - DF

Data

06/06/2005

PROFESSORES EXAMINADORES

Prof. Érico da Silveira

Prof.

Prof.

“Pode-se morrer de sede no mar, bem como em meio verdades demasiado salgadas.”

Nietzsche

Dedico este trabalho a Kátia Paulo, minha mãe, que me apresentou a filosofia de Max Nordau e é, para mim, a imagem marcante da criatividade e o semblante eterno do amor.

SUMÁRIO

RESUMO	8
METODOLOGIA.....	9
1 - MAX NORDAU	
1.2 - Vida.....	12
1.3 - Obras mais importantes	13
1.4 - Max Nordau e as comunicações.....	17
1.4 a) - Max Nordau, Teoria Hipodérmia e a Abordagem da Persuasão.....	18
1.4 b) - Max Nordau e a Abordagem Empírica de Campo.....	19
1.4 c) - Max Nordau e a Teoria Funcionalista.....	20
1.4 d) - Max Nordau e a Teoria Crítica.....	21
1.4 e) - Max Nordau e a Teoria Culturológica.....	23
1.5 - Max Nordau além do escopo de suas explanações.....	25
2 - JÜRGEN HABERMAS	
2.1 - Habermas e seus prolegômenos.....	26
2.2 - Habermas e as fases do jornalismo.....	27
2.3 - Habermas e as conjecturas atuais.....	27
2.4 - Habermas. Unanimidade entre críticas e elogios.....	28
3 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE MAX NORDAU	
3.1 - Prefácio longo.....	31
3.2 - A factualidade do consenso.....	32
3.3 - No encaço das nossas perspectivas.....	34
3.4 - Verdades salgadas.....	35
3.5 - Os parágrafos da história.....	37
3.6 - O bom filho.....	38
3.7 - À procura de algo.....	40
4 – “DIVERSAS MENTIRINHAS”. A ANÁLISE.....	42
CONCLUSÃO.....	51

ANEXO.....	53
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E RECOMENDADA.....	66

RESUMO

Há no organograma dos cursos de Comunicação Social e, em especial, de jornalismo, autores e obras que se destacam pela análise (conceitual, estrutural, histórica etc.) de ambos, profissão e profissionais da área.

Eles são, pela pertinência ao tema, sumariamente indicados para leitura e utilizados pelo corpo docente nas aulas. Entre tantos podemos citar “*Mudança estrutural na esfera pública*” de *Jürgen Habermas*, no qual o autor discorre sobre o conceito por ele criado de “esfera pública” e ressalta as características de uma mídia moderna, atrelada e servente do capitalismo; “*Por que estudar a mídia?*” de *Roger Silverstone*, no qual é analisada a atual estrutura dos meios de comunicação em massa e traçadas perspectivas para a nova mídia (on-line) e “*Teorias da comunicação*” de *Mauro Wolf*, livro substancioso que elenca as teorias da comunicação surgidas ao longo dos tempos.

A condição para que estes livros e autores acima estejam presentes no meio acadêmico são a adequação e relevância que possuem para os estudos referentes à comunicação social. Eles dividem com os livros técnicos e de estudos da linguagem esse espaço nobre e são citados e analisados em trabalhos ao longo do curso e, principalmente, nas monografias.

Este trabalho intenta ser um convite ao filósofo *Max Nordau* (1849 – 1926) para o meio acadêmico das comunicações. Os textos do autor ficaram restritos a poucos dos leitores de obras da filosofia depois da grande repercussão até os anos 50. Neste período suas obras foram traduzidas do original em alemão para cerca de 20 línguas, inclusive o português, e pouco se sabe do autor no Brasil. As últimas publicações dos livros de *Max Nordau* em português datam de meados dos anos 60.

Recentemente, durante a produção deste trabalho, foi lançado o livro “*Nietzsche e sião*”, de *Jacob Golomb*, que em um dos capítulos traz informações gerais e sucintas sobre *Max Nordau*.

A primeira das três partes do capítulo “*Diversas mentirinhas*” do livro “*As mentiras convencionais da nossa civilização*” do filósofo é a base deste trabalho. Neste

excerto o autor discorre sobre a imprensa e discute projeções para um funcionamento escoreito da mesma.

O texto foi atualizado, analisado e correlacionado com o autor *Jürgen Habermas* e seu conceito de esfera pública para que se definisse um enfoque relacionado aos estudos da comunicação e assim atendesse às condições de adequação e relevância para a definitiva aproximação de *Max Nordau* ao meio acadêmico das comunicações.

O filósofo foi escolhido não por acaso. Embora o conceito de obras filosóficas mais difundido por alunos de comunicação é de que sejam textos confusos e complicados, os textos de *Max Nordau* apresentam característica diversa. Suas considerações trazem intento de simplicidade e discutem o cerne das questões atualmente elencadas no meio acadêmico.

Neste trabalho é feita, primeiramente, uma correlação de excertos do autor, alguns sobre determinado tema que, à primeira vista, parecem alheios às discussões da comunicação social, e as teorias da comunicação.

Ao tentar essa aproximação do filósofo, ora se apresenta temas atuais da comunicação, ora se discorre sobre temas da filosofia correlatos. Pergunta-se, e tenta-se responder também, por que *Max Nordau* experimenta tal marginalidade e por que não foi definitivamente inserido no meio acadêmico da comunicação social.

METODOLOGIA

Como já foi previamente citado, este trabalho tem como objetivo validar o filósofo *Max Nordau* para o campo teórico da comunicação. Para isso correlacionamos definições e outros excertos de autores clássicos do meio acadêmico desta área a textos de *Max Nordau*.

Dispusemos em anexo um excerto de um dos livros do filósofo na íntegra com as devidas atualizações da língua portuguesa e, no capítulo final, o analisamos e correlacionamos com a filosofia habermasiana. Outros excertos de *Max Nordau* também foram analisados com enfoque nas teorias da comunicação e explanações de *Mauro Wolf*.

Foi realizada, como forma de auxílio à análise, uma pesquisa prévia desses e outros autores para dispormos de informações sobre eles e selecionarmos os textos pertinentes ao trabalho. Aos conceitos de “opinião pública”, “esfera pública” e as definições de cada autor das características do jornalismo, foi dada atenção especial.

Temas da filosofia foram também abordados para aproximar o leitor das idéias de *Max Nordau* e corroborar para uma análise com explanações diretas do texto em anexo. As conclusões foram definidas neste trabalho a partir da correlação dos discursos de autores que, embora em épocas e contextos diversos, apresentam basicamente a mesma linha de pensamento.

Quanto às características de formatação e estilo, este estudo consiste de análise sobre uma amostra de *caráter não probabilístico*, de escolha do pesquisador, com característica *qualitativa*, não se tratando, por fim, de uma amostragem *aleatória*.

O texto analisado refere-se à primeira de três partes do capítulo *Allerlei kleinere Lügen* (Diversas mentirinhas) do livro *Die Conventiennellen Lügen der Kulturmenschheit* (As mentiras convencionais da nossa civilização), publicado em 1883 e escrito pelo filósofo húngaro *Max Nordau*, em mão de três edições, sendo duas em língua portuguesa arcaica e uma, no original em língua alemã.

São utilizados trechos alusivos a certas idéias apresentadas pelo mesmo autor em outras de suas obras e, como método comparativo, conceitos e explanações dos autores *Jürgen Habermas* e *MauroWolf*.

1 - Max Nordau

1.1 - Vida.

Simon Maximilian Südfeld nasceu em Peste, Hungria em 29 de julho de 1849, filho de um rabino ortodoxo. Com o intento de se distanciar de todas as referências ortodoxas mudou seu nome para *Max Nordau*¹. Assimilou a cultura alemã e passou a maior parte de sua vida em Paris.

Como escritor, crítico social e filósofo, *Max Nordau*, considerado controverso, foi traduzido para cerca de 18 línguas já no ano de 1898 e como jornalista foi correspondente dos principais jornais do ocidente. Trabalhou ainda como médico, físico e foi co-fundador da organização sionista mundial.

Seu nome é mormente citado e lembrado pela significativa participação na fundação do movimento sionista². No campo literário, 3 obras sobressaem: *Paradoxos* (1896), *Degeneração* (1895) e *As mentiras Convencionais de Nossa Civilização* (1883).

À época da publicação de *Degeneração*, *Max Nordau* tomou conhecimento da idéia de criação de um Estado judeu através de *Theodor Herzl*³ e tornou-se seu parceiro no movimento sionista. Como vice-presidente, *Max Nordau* teve participação central na definição do programa para a Basileia e, mais adiante, após a morte de *Herzl*, negou a oferta para assumir a presidência da organização sionista mundial. Preferiu ser apenas conselheiro do então novo presidente *David Wolffsohn*⁴.

Max Nordau, fiel ao programa político de *Herzl*, opôs-se à então crescente tendência do sionismo prático e aos poucos se distanciou do movimento. Durante a 1ª guerra mundial, embora residindo na Espanha, tentou novamente manter contato e ao

¹ *Südfeld* em alemão significa campo do sul e *Nordau* significa Campina do norte. “Essa mudança de nome indicava o desejo de Nordau de tornar-se totalmente assimilado na secular sociedade alemã” Jacob Golomb (Golomb, 2005, p. 68).

² Movimento nacionalista e castista judaico surgido na Europa, no século XIX, que defende a existência de um Estado exclusivo para judeus na Palestina, expresso atualmente pelo Estado de Israel.

³ *Herz, Theodor* (1860 – 1904). Nascido na Hungria. Jornalista e fundador do Sionismo Político e da organização sionista mundial.

⁴ *Wolffsohn, David*. (1856-1914). Nascido na Lituânia.

término da guerra acabou por rejeitar a proposta de *Chaim Weizmann*⁵ para voltar à organização. Ele alegou que o movimento havia se transformado em “uma sombra do que *Herzl* pretendia que fosse”.

Max Nordau morreu após longo adoecimento em Paris no dia 23 de janeiro de 1923 e foi novamente sepultado em Tel Aviv no ano de 1926.

1.2 - Obras mais importantes.

Em suas obras supracitadas, *Max Nordau* discorre suas noções mais íntimas quanto ao funcionamento da mente humana e ao comportamento. Em cada um desses trabalhos ele traça distintos parâmetros entre as formas de conhecimento e expressão e o indivíduo que as profere ou absorve.

Em “*Paradoxos*”, *Max Nordau* apresenta um olhar iconoclasta e profundo diante dos temas e teses considerados verdades universais inalteradas através dos tempos. Em seu prefácio à obra, o autor justifica o título:

“Porque este livro trata de modo inteiramente desprevenido as questões que lhe servem de tema, sem temer os decretos da escola, sem consideração pelos conceitos tradicionais”. (NORDAU, 1896, p.7)

No capítulo de abertura do livro, o autor faz referências aprofundadas ao pessimismo, o qual subdivide nas categorias “pessimismo prático” e “pessimismo científico” com o intuito de lançar uma crítica bem estruturada ao conceito de “moral” e à forma como o indivíduo pensa traduzir fielmente as impressões que o mundo externo lhe oferece.

Entre os assuntos abordados por *Max Nordau* nos outros 11 capítulos do livro estão a literatura e suas influências no imaginário poético e na idealização da idéia do amor; a estética; as noções quanto à verdade; o Estado e sua força de aniquilamento do caráter individual, entre outros.

No último capítulo, intitulado “*Um golpe de vista para o futuro*”, o autor arrisca delinear o caminho da civilização pelos tempos e sugere que após exagerado

⁵ *Weizmann, Chaim*. (1874-1952). Nascido na Polônia Químico e líder sionista, primeiro Presidente do Estado de Israel.

crescimento da população os povos da Europa, unidos em 4 ou 5 grandes nações, dominariam o restante os aniquilando ou os fazendo emigrar rumo à região equatorial, que o autor define como

“uma imensa caldeira de evaporação onde a carne humana se dissolverá em fumo”. (NORDAU, 1896, p.316).

Neste capítulo *Max Nordau* apresenta idéias que mais adiante seriam utilizadas pelo regime nazista como suporte à idéia de força e superioridade da raça ariana.

“*Degeneração*” é um polêmico ataque contra certas tendências artísticas. Várias obras derivaram dessa que, à época de sua publicação, repercutiu no mundo inteiro.

O parnasianismo e o simbolismo, entre outros, são classificados neste livro como “arte degenerada”. O misticismo e o comportamento egocêntrico, entre outros, são apontados como sintomas do artista degenerado, entre os quais *Max Nordau* destaca *Richard Wagner*⁶, *Friedrich Nietzsche*⁷ e *Charles Baudelaire*⁸.

“Da primeira à última página dos escritos de Nietzsche, o leitor cuidadoso parece ouvir um louco, com olhos chispantes, gestos desordenados e uma boca espumante... uma repetida série de idéias delirantes, tendo sua fonte nas ilusões do sentido e no processo orgânico doentio” (NORDAU, 1895, p.118).

A argumentação filosófica que alicerça “*Degeneração*” é baseada nos conhecimentos médicos do autor e as teorias criminológicas de *Cesare Lombroso*⁹. *Max*

⁶ *Wagner, Richard*. (1813 – 1883). Compositor alemão. Autor da tetralogia O Anel dos Nibelungos.

⁷ *Nietzsche, Friedrich Wilhelm*. (1844 – 1900). Influente filósofo alemão. Autor de Assim Falou Zaratustra.

⁸ *Baudelaire, Charles-Pierre*. (1821 – XXXX). Poeta e crítico francês. Autor de As flores do mal.

⁹ *Lombroso, Cesare*. (1836 – 1909). Médico italiano, professor de Medicina e Psiquiatria. Autor de “O homem delinqüente” (1876). A teoria do “*delinqüente nato*” formulada por ele tem como base os resultados de mais de quatrocentas autópsias de delinqüentes e seis mil análises de delinqüentes vivos; e o atavismo que, conforme o seu ponto de vista, caracteriza o tipo criminoso – ao que parece – contou com o estudo minucioso de vinte e cinco mil reclusos de prisões européias.

Nordau arrisca inclusive apresentar métodos para diagnóstico e sugestões de terapia para os “degenerados”.

Em “*As mentiras convencionais da nossa civilização*”, *Max Nordau* critica tanto as instituições e os modelos de verdades quanto as dissimulações em nível mais pessoal e individual e culpa a covardia e o egoísmo pelo reinado da mentira em todos os ambientes e esferas por onde as pessoas se identificam, se agrupam ou diferem e ensejam a condição de cidadãos.

O autor reserva um capítulo para cada uma das mentiras que disseca cognitivamente. São elas as mentiras religiosa, monárquica e aristocrática, política, econômica e matrimonial, além dos capítulos “Diversas mentirinhas”, no qual aborda a imprensa, o direito e os diversos ambientes onde as relações sociais ocorrem, e “Harmonia final”, no qual atesta que em todos os espaços se enseja a mentira e a hipocrisia e contesta a moral religiosa.

Neste livro, *Max Nordau* conduz o leitor ao mesmo mundo que o cerca, mas sob uma ótica clarividente, exata e ainda assim poética, cheia de razão, embora contestável e controversa. O autor aponta erros, sugere saídas, questiona e explica, entrelaça assuntos e recorre inclusive à anedotas para que se faça compreensível.

Alguns de seus conceitos nesse livro formulados reaparecem em outras de suas obras mais detalhada e especificamente, mas da forma como se completam em “*As Mentiras Convencionais de Nossa Civilização*” engendram uma sinergia única de significado e significância.

1.3 - Impressões.

Uma miscelânea, eis *Max Nordau*, autor que introduziu o termo “*Entartung*” (degeneração) no âmbito das artes, traçou algumas outras idéias amplamente utilizadas pela campanha nazista e, ao mesmo tempo, foi co-fundador do movimento sionista. De berço ortodoxo, mudou seu nome como se renegasse suas origens. Morou em vários países e trabalhou, pelo que se sabe, como médico, físico, escritor e jornalista.

Crítico social lúcido e à frente de seu tempo, dispôs-se a questionar e sugerir soluções para o que considerava “os males do século”. Destacou-se como literato. Suas

obras trazem a densidade filosófica de um conhecedor de diversas áreas do saber e a harmonia contextual de um estilista da palavra.

O cômico e a austeridade dançam juntos nos textos de *Max Nordau*; as analogias e os contextos por ele postos à prova da compreensão saltam aos olhos e provocam a reflexão. Os temas abordados, os dilemas e paradoxos discutidos crescem demasiado ao conhecimento.

Não há edições recentes na língua portuguesa dos livros de *Max Nordau*. As últimas impressões datam da metade do século passado em português arcaico e são difíceis de ser encontradas. O grande público e o meio acadêmico, em geral, desconhecem esse autor embora suas obras tenham impelido a criação de diversos livros, trabalhos, pesquisas etc. em várias áreas da ciência.

Não há livros sobre o autor na língua portuguesa. No livro “*Nietzsche e Sião*” de *Jacob Golomb*, publicado este ano pela editora Madras, embora enfoque mais precisamente a questão do sionismo, há referências a *Max Nordau*, inclusive uma pequena biografia do filósofo.

A maioria dos textos de (e relacionados a) *Max Nordau* está em inglês e alemão e as poucas referências à sua pessoa disponíveis na internet ressaltam e resumem principalmente a sua participação no movimento sionista.

A pluralidade desse filósofo, se mal interpretada ou hermeticamente desaproveitada, não se pode saber com certeza, mas sem dúvidas, é ótima fonte de discussão e aprofundamento. Os temas escolhidos por *Max Nordau* tratam do cerne das coisas humanas e a forma com que são abordados descreve uma vistosa atemporalidade e adequação aos principais temas dos estudos da comunicação.

Seja na descrição das trocas de lisonjas e das noções incorporadas quanto à boa conduta social que se enseja em casa ou dos discursos moralistas das instituições nas quais nos identificamos e reunimos, as obras desse pensador são compêndios de investigação científica e sugestões filosóficas claras.

A análise eloqüente e original de questões aparentemente intocáveis é a marca principal dos estudos de *Max Nordau*. A sua crítica desfila nos salões de festas e investiga as ações mais comuns dos indivíduos. Entre gracejos, vestes, poses e discursos, o autor revela a essência das ações humanas. Não raro, ele atrela explicações

do contexto físico-biológico às questões do comportamento e constrói com método e meticulosamente, argumentos e fundamentos assaz sólidos.

Em suma, *Max Nordau* apresenta considerações originais e seu cuidado primeiro é primar pela compreensão. Daí as analogias freqüentes, a sugestão de contextos e a apresentação de várias pequenas histórias e anedotas para ilustrar seu pensamento.

Quanto à controvérsia dos seus textos, podemos identificar ser apanágio da mistura entre os temas envolvidos e o tom desmistificador do autor. Ele não apenas descreve uma realidade que percebe esconsa, mas tanto busca identificar sobre quais efeitos ela se passa despercebida, quanto pôr em xeque os indivíduos, grupos ou instituições (e os discursos por eles proferidos) que a mascaram.

Poderíamos disponibilizar neste primeiro capítulo trechos das obras de *Max Nordau* como exemplos elucidativos às características estilísticas e de conteúdo há pouco citadas, mas como o intuito deste trabalho é analisar um excerto com foco pré-determinado e o deste capítulo em questão é apresentar brevemente o autor bem como suas principais obras e argumentar sua relevância para o campo das comunicações, disporemos apenas textos atrelados aos conceitos e teorias da comunicação. Mais adiante, no terceiro capítulo, prosseguiremos com um aprofundamento mais detalhado da filosofia de *Max Nordau* e no quarto capítulo faremos a análise do texto-base da pesquisa que se encontra em anexo da página 53 à 65.

1.4 - Max Nordau e as Comunicações.

Não se argumenta aqui trazer *Max Nordau* para os estudos referentes à Comunicação Social pelo fato de ele haver sido importante jornalista (correspondente internacional) de seu tempo, pela recorrente aparição do tema “imprensa” em seus escritos, nem somente pela detalhada descrição dos meios e dos profissionais da comunicação quando da época de seu surgimento na forma da imprensa escrita no livro “*As Mentiras Convencionais da Nossa Civilização*”.

Sugere-se com este trabalho demonstrar que o contexto de *Max Nordau* na sua pluralidade, controvérsia, atemporalidade e tudo que aparentemente o afasta da

especificidade dos conceitos da comunicação, trazem de fato o âmago desses conceitos, se analisados de forma cauta.

Faremos, a partir de agora, um exercício analógico entre a estrutura dos exemplos e elucidações do autor e dos conceitos e teorias da comunicação.

1.4 a) - Max Nordau, Teoria Hipodérmica e a Abordagem da Persuasão.

Ao contrapor o “homem de gênio” ao “homem vulgar”, conceitos criados em seu livro “*Paradoxos*”, *Max Nordau* faz traços das idéias dos conceitos do “humanista culto” e do “indivíduo massa” citados por *Ortega y Gasset* (1930) que descreve “massa” assim:

“É tudo que não se avalia a si próprio – nem para o bem nem o mal – mediante razões especiais, mas que se sente à vontade ao reconhecer-se idêntico aos outros”. (citado em *Teorias da Comunicação*, Wolf, Mauro).

Para explanar esse conceitos, *Max Nordau* se utiliza de um exemplo tirado do mundo orgânico. Assim ele ilustra:

“As matérias que concorrem para a alimentação de todo ser vivo e especialmente o carbono e o azoto, estão espalhadas em quantidade enorme sobre toda a terra, mas os animais não podem servir-se destas matérias, quando se apresentam no seu estado natural primitivo; em uma atmosfera impregnada de ácido carbônico, em um terreno sobrecarregado de nitrato, o animal certamente morreria. As plantas, somente, sabem dispor estas matérias primitivas de modo a torná-las alimento nutritivo e entre elas esta faculdade será apenas possuída pelas que são providas de clorofila.

Por isso, o carbono e o azoto não podem servir de alimento aos animais, senão depois de serem preparados pelo organismo das plantas. Acontece precisamente a mesma coisa com os homens de gênio e para os que dele são privados, entre os últimos incluo também as pessoas dotadas de talento. O homem privado de gênio não sabe imitar a natureza, não sabe transformar os seus fenômenos em partes e funções da sua mente. Ele vê estes fenômenos, mas não os reúne em um quadro; ouve a voz da natureza mas não a compreende e não sabe interpretá-la. O homem de gênio pelo contrário possui uma qualidade particular; ele tem por assim dizer clorofila que o habilita a formar dos fenômenos isolados conceitos que podem ser também aceitos pelo homem vulgar”. (NORDAU, 1896, p.104)

O contexto sugerido pelo autor tem como foco qualidades inatas aos indivíduos desses dois grupos distintos. De um lado o gênio, do outro o pascácio. Mas a idéia de um indivíduo que dispõe dessa clorofila, desse poder de transformar nutrientes

primitivos em alimentos pronto para o consumo arremete a questões importantes. São elas o controle dos meios de comunicação e a manipulação do que é notícia e das noções do que é verídico, adequado, louvável e imoral, por parte dos que só absorvem essa informação (alimento).

Neste ponto encontramos referências à Teoria Hipodérmica e à Abordagem da Persuasão das Teorias da Comunicação. De um lado temos o esboço das forças que têm a capacidade de sintetizar os fatos e produzir informação e do outro uma idéia, que embora primária e descontextualizada do indivíduo-massa, o descreve com destreza.

Na interação entre esses personagens se dá o cenário no qual se aborda a Teoria Hipodérmica, que opera basicamente com o conceito de sociedade de massa e tem funcionamento global e mecanicista e a Abordagem da Persuasão, esta mais direcionada e atenta às particularidades de grupos e indivíduos.

1.4 b) - Max Nordau e a Abordagem Empírica de Campo.

Para ilustrar a forma como os jornais operam com os fatos do dia-a-dia e levantar questões relacionadas à acurácia das matérias jornalísticas e seus efeitos, *Max Nordau* cita em “*Paradoxos*” um episódio ocorrido em Paris no qual por iniciativa de um grupo de colaboradores de um pequeno jornal, a França inteira vai às ruas para reverenciar *Victor Hugo*.

As implicações do contexto histórico social e as influências de formadores de opinião para o efeito causado nesse episódio são elucidações presentes na Abordagem Empírica de Campo ou “dos Efeitos Limitados”, cujo método

“consiste, de fato, em associar os processos de Comunicação em Massa às características do contexto social em que esse processos se realizam”.(WOLF, 1985, pág.47)

Segundo *Wolf*, essa teoria

“deixa de salientar a relação causal direta entre propaganda de massas e manipulação da audiência para passar a insistir num processo indireto de influência em que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos”. (WOLF, 1985, pág.51)

Max Nordau caracteriza como “fantasia de dar-se importância e de fazer falar de si” a idéia de, como ele cita, “certos jovens colaboradores de um pequeno jornal parisiense” de organizar uma “apoteose nacional” em honra de *Victor Hugo*. Esse fato ocorreu em fevereiro de 1881.

“Começaram por formar uma comissão para festejar o poeta, nomeando para membros dessa comissão diversas pessoas importantes – bem entendido sem terem pedido o consentimento delas. A vistosa relação dos nomes apareceu publicada em todos os jornais e os proprietários desses nomes não tiveram coragem de desmentir o reclame, do qual por quatro semanas consecutivas foram inundados, visto que ninguém queria que se dissesse dele que não tinha amor à pátria, que não possuía vivo sentimento pela glória nacional. Fez-se acreditar ao público que se tratava de uma idéia nascida espontânea e simultaneamente nas cabeças de cem mil homens. As próprias autoridades foram obrigadas a participar dos preparativos para a festa. O movimento comunicou-se por fim aos países estrangeiros, arrastando consigo todos aqueles que eram ingênuos ou tinham desejos de reclame e de ver estampado o seu nome nos jornais parisienses. No dia estabelecido teve lugar a grande demonstração. Em frente da casa de Victor Hugo desfilaram cerca de quinze mil pessoas, entre as quais cerca de dois mil mercadores ambulantes com medalhas, fitas, poesias etc., que esperavam tirar algum proveito; dez mil espectadores desejosos de ver toda aquela confusão e dos quais certamente a metade não tinha lido nem mesmo um volume das obras de Victor Hugo; e finalmente talvez três mil homens ingênuos e convencidos de que se tinham deixado arrastar pelo entusiasmo. No dia seguinte lia-se em todos os jornais de Paris que quinhentas mil pessoas cheias de alegria e de entusiasmo haviam saudado Victor Hugo, que Paris tinha visto uma festa única nos anais da história, e que todo o mundo civilizado se tenha unido á França para festejar, de modo inteiramente novo, o maior poeta do nosso século. Os periódicos estrangeiros reproduziram a notícia dos jornais parisienses, a fábula girou pelo mundo e passa hoje por toda a parte, por fato incontestável. Os historiadores do futuro a repetirão, e se também examinassem todos os documentos da história do nosso tempo, não encontrariam nada que pudesse fazer nascer neles a suspeita do fato de ter ocorrido de modo diverso do que dissera a imprensa do novo e velho mundo. Assim é tratada a verdade em fatos que tiveram lugar em presença de numerosas testemunhas oculares”. (NORDAU, 1926, pág.267)

Neste excerto são apresentadas as noções de consistência da notícia e dos efeitos indiretos da mídia. A presença dos nomes de pessoas importantes (formadores de opinião) na comissão citada ilustra bem o fluxo da comunicação a dois níveis (*two-step flow of communication*), que segundo *Wolf*

“é determinado precisamente pela mediação que os líderes exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo” (WOLF, 1985, p.53)

1.4.c) - Max Nordau e a Teoria Funcionalista.

Numa passagem específica sobre o jornalismo *Max Nordau* descreve a tendência da mídia de relatar fatos trágicos. Ao comentar as influências imediatas que causariam a leitura de um jornal num cidadão de uma civilização antiga e sugerir que ele compreenderia o mundo como ambiente perigoso e repleto de hostilidades, o autor descreve as noções da Teoria Funcionalista. *Wolf* as define assim:

“Se a idéia inicial da comunicação como geradora de uma influência imediata, numa relação estímulo/reação, é suplantada por uma pesquisa mais atenta aos contextos e às interações sociais dos receptores e que descreve a eficácia da comunicação como resultado global de múltiplos fatores, à medida que a abordagem funcional se enraíza nas ciências sociais, os estudos sobre os efeitos passam da pergunta ‘o que é que os *mass media* fazem às pessoas?’ para a pergunta ‘o que é que as pessoas fazem com os *mass media*?’” (WOLF, 1985, pág.70)

Max Nordau não chega a elencar as prováveis reações factuais do personagem sugerido, mas quando o descreve receoso as condições do mundo em sua volta, dá os indícios de como seria a interação dele com esse novo habitat.

“O próprio jornalismo tem esse caráter excecional e patológico. As novidades, que os periódicos apresentam aos seus leitores, são assassinatos, homicídios, incêndios, acidentes nos caminhos de ferro, inundações, terremotos e mil outros sucessos, de que, dentre cem homens, talvez nenhum fosse testemunha ocular. E isto afinal é natural. Parece que a vida normal, segundo a opinião tradicional, não contém nada de interessante que valha a pena ser publicado. Caio dormiu bem, pela manhã tomou o seu café, depois esteve na taberna servindo os fregueses, jantou bem, não lhe aconteceu nada de extraordinário e os jornais não se ocupam com ele. Os jornais somente dão notícia dos fatos que decorrem dos limites da vida comum, e isto constitui a exceção, o princípio mórbido. Se algum sábio cidadão da antiga Thebas, a quem fosse desconhecido o jornal, voltasse à vida nos nossos dias e lhe caísse nas mãos algum dos nossos periódicos, ele exclamaria logo: ‘Mas, meu nobre hóspede, pois o mundo decaiu tanto que somente se cometam nele delitos e infâmias? É talvez a ira dos deuses imortais que esmaga a humanidade com o peso das suas desgraças? Todos os povos, pois, ardem em desejos de fazer a guerra!’. A sua alma tristonha não encontraria para consolar-se um pouco, senão artigos da bolsa e as notícias comerciais, únicos indícios que demonstram como, ao lado do massacre, e da contínua excitação, há também a parte íntima e tranqüila da vida”. (NORDAU, 1026, p.203)

1.4 d) - Max Nordau e a Teoria Crítica.

Em relato, no qual inicia uma discussão quanto à posse da verdade, *Max Nordau* cita o diálogo com uma “dama do alto mundo financeiro” e comenta as conclusões extraídas desse encontro.

Ao não restringir seu método de avaliação do outro à análise objetiva e metódica e enxergar na relação social entre eles (desencadeada no momento em que lançam suas opiniões) a chave para se aproximar ao máximo da verdade que queria revelar, *Max Nordau* demonstra o pensamento constituinte da Teoria Crítica.

Essa teoria, ressalta *Wolf*, identifica-se com o grupo de investigadores que freqüentou o *Institut für Sozialforschung*, de Frankfurt, entre ele *Habermas*, filósofo sobre o qual o segundo capítulo deste trabalho trata.

Wolf define a identidade central dessa teoria como um híbrido da construção analítica dos fenômenos que investiga e da correlação desses fenômenos às forças sociais que o provocam. Para ele

“É nesta perspectiva que, segundo a teoria crítica, todas as ciências sociais que se reduzem a meras técnicas de pesquisa, de recolha, de classificação dos dados objetivos, vedam a si próprias a possibilidade de verdade, na medida em que, programaticamente, ignoram as suas intervenções sociais”. (WOLF, 1985.pág.83)

Max Nordau, sentado ao lado dessa mulher, viu-se na imposição de conversar com ela e julgou conveniente um diálogo sobre o que a interessava. Ele se deixou levar pelo discurso dela.

“Subitamente a conversação versou acerca da última estação de banhos que ela passou em Trouville; ela contava com entusiasmo as belezas do lugar e da cidade, onde durante o dia admirava os estupendos vestuários e passava a noite à mesa do jogo.

Arrisquei-me a perguntar-lhe, se não podia imaginar um modo melhor de passar a vida.

‘Não, respondeu ela convicta. Quando fazemos aquilo que plena e completamente nos diverte, fazemos o que devíamos fazer’.

‘E não acreditais, perguntei, que se deva lastimar os homens a quem os ornatos e a mesa de jogo proporcionam plena e completa satisfação?’.

Esta minha observação era certamente pertinente e a resposta foi pungente.

‘Deus meu, nem todos podemos ocupar-nos a escrever livros!’.

‘É verdade; mas não acreditais que escrever livros possa talvez ser uma ocupação mais elevada e mais digna do que a da ‘toilette’ e do jogo?’.

‘Inteiramente não. Um vale tanto como o outro. Um diverte-se com isto, outro com aquilo. Não vejo diferença alguma’.

‘Mas a maioria não é dessa opinião’.

‘Não sei nem procuro sabê-lo. No meu mundo certamente todos pensam como eu, e quanto aos outros, pouco cuidado me dão’.

‘É fato, porém, que os homens bons e grandes colocam o trabalho mental acima do jogo e da ‘toilette’, e, em nosso país o autor goza maior estima do que aquele que sabe vestir-se bem e é feliz no jogo’.

‘Vós achais que seja assim? Perguntou a dama com tom de voz inimitável. Eu nunca me ocupo com estas coisas. Em qualquer parte que me ache, aqueles que jogam e sabem vestir-se com gosto gozam mais estima que os autores’.

Estava vencido, completamente vencido, e tive de confessar a minha derrota. Duas opiniões pois tinham disputados a vitória naquela conversação, ambas tinham pretensão de ter razão e nenhuma conseguiu esmagar a outra. Uma não admitia as razões da outra, visto que nenhuma tinha em si provas da verdade, de modo a obrigar toda a mente humana a admitir tudo o que ela admitisse e rejeitar tudo que ela rejeitasse” (NORDAU, 1896, pág. 265)

Se denotarmos a interação desses dois personagens e seus discursos como fenômeno social – ao que atenta a teoria crítica – e a tentativa de, durante essa interação, de descrever, procurar a verdade ou mesmo tomá-la para si de *Max Nordau* como o comportamento analítico de determinadas ciências sociais objetivas, teríamos a essência dessa teoria.

1.4 e) - Max Nordau e a Teoria Culturológica.

Esse enfoque serve de base também para a Teoria Culturológica, que semelhante à Teoria Crítica, segundo *Wolf*, não se identifica com a atitude de fundo da pesquisa administrativa.

Para *Wolf*, a Teoria Culturológica trata diretamente dos *mass media* e tampouco dos seus efeitos sobre os destinatários. Ele ressalta o estudo da cultura de massa como característica fundamental dessa teoria e conclui que

“O objeto de análise que, programaticamente se procura atingir é a definição da nova forma de cultura da sociedade contemporânea”. (WOLF, 1985, p.100)

Essa corrente de pensamento foi inaugurada por *Edgar Morin* no seu livro “*L’esprit du temps*” (A Indústria Cultural, 1962). *Wolf* descreve o objetivo de *Morin*:

“Elaborar uma sociologia da cultura contemporânea, subtraída ao falso dilema que a sociologia tradicional refere, sempre que se detém na cultura de massa, isto é, as suas qualidades e as suas carências”. (WOLF, 1985, p.101)

Essa cultura de massa é definida por *Morin* nos mesmos moldes da Teoria Hipodérmica e contribui, segundo ele, para enfraquecer instituições como a família e a classe social afim de que essa massa sirva à demanda da produção em massa.

“O consumo dos produtos torna-se, simultaneamente, auto-censura da vida individual e auto-realização” (Morin in WOLF, 1985, p. 104)

No excerto abaixo da pág. 105 do livro *Wolf* resume:

“De fato, a cultura de massa oferece, de uma forma fictícia, tudo aquilo que é suprimido, sistematicamente, da vida real: tornando irreal uma parte da vida dos consumidores, acaba por transformar o espectador num fantasma, projetando ‘o

seu espírito na pluralidade dos universos imaginados ou imaginários, dispersando a sua alma nos inúmeros duplos que vivem por ele. Assim, a cultura de massa opera em duas direções inversas: por um lado, os duplos vivem em nosso lugar, livres e soberanos, consolam-nos da vida que nos falta, distraem-nos com a vida que nos é dada; por outro, impelem-nos a imitar, dão-nos o exemplo da procura da felicidade” (Morin, 1962, 172) ... (Wolf, pág.105)

Ao criticar o “espetáculo público” gerado pela imprensa, no qual festas e comemorações luxuosas dos ricos, anteriormente ocultas em um círculo social restrito, caem sobre os olhos dos proletários, *Max Nordau* experimenta um termo atualmente bastante difundido nos estudos de comunicação e mais precisamente do processo da estandarização e inovação que orienta a indústria cultural.

Max Nordau define esse “espetáculo público” como mais danoso ao indivíduo sem posses do que a sua própria privação material.

“Hoje, a extravagância dos ricos não se encerra nos salões e nas salas de jantar das casas particulares, ostenta-se com predileção nas ruas (...) Sua prodigalidade gosta de tomar a imprensa por testemunha e tenta impor-se pelo jornal às classes da sociedade que não têm nenhuma ocasião de observar com seus próprios olhos o eterno banquete, o contínuo domingo gordo dos ricos. O proletário moderno tem, por este meio, elemento de comparação que faltava ao pobre antigo. As prodigalidades dos milionários, de que é testemunha, são a medida exata da sua própria miséria, que a ele se revela matematicamente em toda a sua extensão e profundidade. Ora, a pobreza é mal que somente se manifesta quando sentida como tal; os milionários aumentam pois os sofrimentos dos proletários com a ostentação inconsiderada e provocadora de suas orgias. O espetáculo público da sua vida de ociosidade e de gozos desperta necessariamente o descontentamento e a inveja dos proletários, e este veneno moral corrói mais intensamente sua alma do que as privações materiais”. (NORDAU, 1883, p.141)

Com o surgimento de uma nova camada de assalariados e os chamados “valores de consumo”, o que *Max Nordau* previamente cita como “descontentamento e inveja” ganha significados diferentes. O espetáculo imerge no cotidiano desses indivíduos e a eles é oferecido esse novo status através de bens de consumo. *Morin* define como o terreno ideal para a cultura de massa aquele onde

“o desenvolvimento industrial e técnico cria novas condições de vida que desagregam as culturas anteriores e fazem emergir novas necessidades individuais” (WOLF, 1985, p.104)

1.5 - Max Nordau além do escopo de suas explicações.

Os exemplos citados por *Max Nordau* são contextualizados por ele para que se extraia o máximo de significado do saber científico e de suas idéias filosóficas. Nesse

processo de simplificação, o autor trabalha ora com extremos para fazer-se claro, ora com verdades e situações supostamente bem conhecidas por parte de seu leitor. É através dessa observância, esse cuidado de “fazer-se entender” que *Max Nordau* define, além do escopo de suas explicações, algumas idéias-base dos estudos próprios da comunicação social.

Essa ciência trata da interatividade do indivíduos e através da atribuição e compreensão de significado, toca a essência humana quando se propõe a analisar os mecanismos de fala; a interação nos indivíduos e grupos; a produção de discursos; a noção de opinião pública e todo o legado do conhecimento repassado e reavaliado através dos tempos, entre outros.

Max Nordau representa, desta maneira, o âmago pelo qual se orientam os estudos em comunicação, pois suas considerações carregam o ponto de partida de várias idéias e teorias relativas à essa ciência. Por esse motivo é proposto neste trabalho, através de um breve histórico e detalhamento sobre o autor, bem como de suas principais obras e de uma análise comparativa do excerto de um de seus livros, torná-lo familiar no meio acadêmico e com isso tentar uma aproximação definitiva entre *Max Nordau* e a comunicação social.

2 - Jürgen Habermas

2.1 - Habermas e seus prolegômenos.

De um lado enciclopédia, livros de referência e páginas de Internet são de gentil ajuda para que se explique quem é *Habermas*, do outro um dicionário é imperativo para que se compreenda o que e quais são os “prolegômenos” desse importante filósofo.

Nasceu em Düsseldorf, Alemanha em 1929 e foi membro importante da Segunda geração da *Escola de Frankfurt*¹⁰. *Jürgen Habermas* é bastante conhecido no meio acadêmico, principalmente nas áreas de Comunicação Social, Direito e Sociologia, por seus estudos quanto à organização social na modernidade.

Habermas, como já vimos no capítulo anterior, foi um dos colaboradores do estudos referente à Teoria Crítica. Suas obras mais importantes para a Comunicação Social são “Teoria da ação comunicativa” e “Mudança estrutural da esfera pública”.

O filósofo define a esfera pública, seu conceito mais amplamente estudado e discutido, como um espaço no qual opiniões são intercambiadas entre pessoas privadas, e, de preferência, livre de pressões externas. Aberta, em teoria, para todos e erigida no âmbito familiar, essa esfera pública é o local onde a opinião pública é construída.

“A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”. (HABERMAS, 1984, p.42)

Esse espaço de discussão, segundo *Habermas*, surge somente no século XVIII com a queda da hegemonia religiosa e a ascensão da classe média (burguesia), que adquire e enxerga sua importância nas decisões políticas.

“Com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do ‘social’, que implode as limitações da dominação feudal e torna necessárias formas de autoridade administrativa. À medida que é intermediada pelo sistema de trocas, a produção liberta-se de competências da autoridade pública – e, por

¹⁰ Corrente de tendências filosóficas e de teoria sociológica do século XX que introduziu o conceito de “indústria cultural” e criticou alguns aspectos do advento da modernidade. Teve a colaboração de importantes intelectuais de esquerda como Habermas, Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse, Fromm, Neumann, Kirchheimer, etc.

outro lado, a administração descarrega-se de trabalhos produtivos”. (HABERMAS, 1984, p.169)

Esfera pública e opinião pública são conceitos que surgem não por acaso no século XVIII. Eles estão profundamente relacionados ao despertar para o entendimento dos direitos humanos, democracia e exercício político.

A idéia de esfera pública é necessária para se entender como funciona a organização das sociedades modernas e delinear a estrutura das culturas alicerçadas pelos valores de igualdade, liberdade e justiça do Iluminismo e não mais por valores feudais como a hierarquia absoluta, tradição e submissão à autoridade.

Para *Habermas*

“Ainda antes que a natureza pública do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas para, afinal, ser-lhe totalmente subtraída, forma-se sob a sua proteção uma esfera pública sem configuração política – o esboço literário de uma esfera pública a funcionar politicamente. Ela é o campo de manobras de um raciocínio público que ainda gira em torno de si mesmo – um processo de autocompreensão das pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade”. (HABERMAS, 1984., p.44)

Esse processo de “auto-compreensão” se faz necessariamente da correlação que o indivíduo em si faz com esse grupo do qual faz parte. Nessa “esfera” sua voz é ouvida e os anseios e preocupações comuns a todos encontram harmonia. É o esboço da opinião pública. *Habermas* atribui a ela a tarefa de tornar legítimo o domínio político através desse processo crítico de comunicação que se sustenta nos princípios do consenso atingido por meio da razão.

É em torno do conceito de opinião pública, de como ela evolui e molda o poder político, que *Habermas* estrutura a relevância da história de vida da esfera pública, que emerge junto aos novos espaços como cafés, sociedades literárias, entre outras, associações voluntárias e, principalmente, junto ao crescimento da imprensa.

2.2 - Habermas e as fases do jornalismo.

Habermas descreve o jornalismo em três fases. Na primeira, a imprensa organizada em formas de pequenas empresas artesanais.

“Nessa primeira fase, os cálculos se orientam por princípios de uma maximização dos lucros, modesta, mantida nos tradicionais limites da primeira fase do capitalismo”. (HABERMAS, 1984, p.213)

Na segunda, a imprensa, antes de “informação”, tornou-se de “opinião” (jornalismo literário). Os jornais passaram a servir interesses da luta política e partidária, orientados para garantir e legitimar uma “esfera pública burguesa” de encontro à velha realidade feudalista.

“A intenção de obter lucros econômicos através de tais empreendimentos caiu geralmente para um segundo plano, indo contra todas as regras de rentabilidade e sendo, com frequência, desde o começo, atividades deficitárias”. (HABERMAS, 1984, p.214)

A última fase seria uma espécie de retorno ao imago comercial da primeira, mas com o incremento de novas bases de capital e tecnologia, não mais de forma artesanal, mas como típica empresa capitalista engendrada em uma etapa histórica posterior.

“Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial”. (HABERMAS, 1984, p.216)

Para *Habermas* a terceira fase se delinea sem o caráter político e partidário desenvolvido na fase anterior, quando, segundo ele, a imprensa representava a opinião pública de pessoas privadas como cidadãos.

“A história dos grandes jornais na Segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte de anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera-pública”. (HABERMAS, 1984, p.217)

2.3 - Habermas e as conjecturas atuais.

Essa “invasão” descrita acima remonta as questões mais discutidas por estudos, pesquisas e nos cursos de jornalismo atualmente.

Os quesitos éticos da profissão, as prioridades e deveres do jornalista e a sua relação com patrão e público são, junto às perspectivas de crise da profissão com o advento das novas tecnologias e o crescimento do universo on-line, os temas mais abordados.

Se a internet é a ideal figuração da esfera pública proposta por *Habermas* e diversos especialistas já certificam isso, outros são céticos a respeito. Como o próprio método da *Escola de Frankfurt* aborda e reconhece que os fatos se correlacionam em níveis insondáveis. Talvez seja um equívoco, por hora, fazer esse julgamento.

Ainda é cedo para que as conjecturas atuais gozem de um nível de certeza elevado em relação às transformações aceleradas do período que o jornalismo atualmente vivencia. Embora o objetivo deste trabalho não seja participar dessas conjecturas ou das discussões quanto ao futuro da profissão e, em vez disso, pretende aprofundar numa análise de contexto mais filosófico-estrutural, essas questões não serão negligenciadas neste e nos capítulos que seguem, posto sua relevância.

2.4 - Habermas. Unanimidade entre críticas e elogios.

Os trabalhos de *Habermas*, seja por críticas ou elogios, estão sendo cada vez mais resgatados em livros, teses, salas de aula e entre profissionais da área. Veremos a seguir dois exemplos.

No capítulo “Rumo a uma nova política de mídia e a uma política da nova mídia” do livro “Por que estudar a mídia”, *Roger Silverstone* se utiliza de *Habermas* para fundamentar a sua dissertação. Ele conceitua a esfera pública e reconhece que as idéias habermasianas geraram muita discussão e faz ainda uma análise crítica de *Habermas* e de alguns estudos acerca do filósofo.

“Habermas não viu nem a capacidade dela (esfera pública) de excluir [nenhuma mulher, nenhum membro da classe operária tinha participação efetiva], nem a presença de lugares e culturas alternativos de debate público e ação, especialmente na classe operária. Ele não havia lido, ao que parece, seu *E.P. Thompson* (1963)”. (SILVERSTONE 1999, p.271)

O autor rechaça, sem citar nomes, críticas de outros feitas ao filósofo:

“Outros dizem que, a despeito das imprecisões históricas, muitas das quais Habermas posteriormente reconheceu, seus argumentos constituem mais um ideal do que uma idealização, um ideal que pode e deve fornecer a base para uma crítica das falhas da mídia contemporânea”. (SILVERSTONE 1999, p.272)

No Brasil, o autor de “*A saga dos cães perdidos*”, *Ciro Marcondes Filho*, segue a linha de argumentos habermasiana e descreve as origens (as tendências também) do jornalismo da mesma forma.

“Difícilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo muito distinto dele. Ela só existe pelo menos nos termos que conhecemos hoje – transformando informações em mercadorias e colocando-as transformadas, alteradas, às vezes mutiladas segundo orientações ideológico-políticas de seus artífices, à venda. Neste sentido ela é estruturalmente montada como empresa capitalista e desaparece com a supressão das condições de sobrevivência do capital”. (Marcondes Filho in GENRO FILHO, 1987, pp. 91-136)

Ciro Marcondes Filho chama de “fantasia” a idéia de que a Internet seria o resgate da esfera pública.

“A esfera pública eletrônica (...) não é exatamente uma esfera pública, pois não junta pessoas ‘enquanto público’. Funciona mais como um agregado de milhares de microdiscussões, em geral subjetivas e particularistas, em que cada milionésima parte tem o direito do seu nanoterritório, que mais funciona como ‘álibi’ do acesso e do uso, do que, efetivamente, da comunicação. Por isso, apesar das aparências, é um colossal sistema de poucas trocas, de comunicações geralmente duais e solitárias. Gigantesco aparelho de contatos imediatos, que de nada serve à comunicação ampla e social, mais que espelha o crescimento irregular e metastático das comunicações aleatórias e das trocas inconseqüentes”. (MARCONDES FILHO, 1999, p.160)

Vários autores citam *Habermas*, que já é unanimidade no quesito “relevância” para os estudantes, estudiosos e profissionais da comunicação. Seus trabalhos formam uma extensa lista de contribuição às questões da função da imprensa na sociedade moderna e às noções do impacto da midiaticização sobre as organizações políticas, econômicas e sociais.

E, relacionados os prolegômenos habermasianos, finalizamos este sucinto capítulo e damos continuidade a este trabalho no qual *Habermas* e o conceito de esfera pública vão servir como a mão que abre a porta e a voz que dá as boas-vindas a *Max Nordau* na sala de discussões sobre a Comunicação Social.

3 - Introdução à filosofia de Max Nordau

3.1 - Prefácio longo

“Prolegômenos” vem do grego *prolegómena* e significa “coisas que se dizem antes”, “exposição preliminar dos princípios gerais de uma ciência ou arte”, “introdução geral de uma obra ou , simplesmente, “prefácio longo”.

Neste terceiro momento do trabalho será feita uma aproximação do leitor às idéias de *Max Nordau* para que no capítulo seguinte seja abordada com mais fluência a primeira das três partes referentes ao capítulo “Diversas mentirinhas” do seu livro “As mentiras convencionais da nossa civilização”. Nesse excerto (em anexo a partir da pág. 52) o autor imprime suas noções e conceitos, tece raciocínios e faz sugestões acerca do jornalismo.

É comum, nos textos de *Max Nordau*, uma aproximação ao físico-biológico; uma atenção meticulosa às questões que movem o indivíduo enquanto parte da sociedade; um tom desmistificador quanto ao absolutismo de certos discursos e por fim, uma vontade de supor, descrever e apontar soluções para o tema sobre o qual disserta.

Para dissecar a “mentira do jornalismo”, *Max Nordau* se utiliza de alguns conceitos-base e linhas de pensamento recorrentes em seus estudos que podem prejudicar o entendimento do leitor que não tem conhecimento prévio do enfoque do autor. O resumo de suas três obras principais e os excertos comentados e atrelados às teorias da comunicação apresentados no primeiro capítulo servem, a grosso modo, para anunciar o método ilustrativo do filósofo, mas os conceitos e a forma que são empregados neste texto em questão requerem, pois, seus prolegômenos.

Dispostemos seis textos de cunho filosófico junto a excertos de livros de *Max Nordau* para esse “prefácio longo”. Nos textos serão tratados os conceitos de herói, história, verdade, moral, perspectiva, prestígio, entre outros, freqüentes na obra de *Max Nordau*. À semelhança do autor, se projetarão questões e sugestões variadas em relação aos temas abordados. Estes temas enfocarão as discussões atuais sobre a mídia, citados no capítulo anterior.

O propósito deste compêndio inicial de temas da filosofia é aproximar, de forma agradável, o leitor ao universo das mentiras convencionais e paradoxos que *Max Nordau* denuncia e fazer uma conexão, através das conjecturas descritas nesses textos, da atemporalidade das idéias alicerçadas pelo filósofo com as questões mais importantes e atuais do jornalismo.

Os textos, todos intitulados, têm o mesmo fulcro, dialogam entre si e afinam para o início das explicações do excerto em anexo com a preocupação de definir e deixar claro previamente o tom do discurso a ser utilizado.

É proposital a pretensão filosófica desses prolegômenos, pois a própria aproximação de *Max Nordau* às comunicações, neste trabalho, foi sugerida a partir das características inusitadas do seu texto e da força ilustrativa do seu método discursivo que, com pertinência, arremete às questões atuais do jornalismo.

Vemos que um estigma avilta o discurso filosófico; que malfadada e malferida, a filosofia, em termos gerais, é relacionada à complexidade e à exigência de respaldo de estudo. A um texto confuso ou uma informação que não se compreende de pronto é facilmente atribuída, pejorativamente, a qualidade de “filosófico”.

É, talvez, por essa exigência de um discurso direto, analítico, positivista talvez, que autores como *Max Nordau* ficam à margem do aproveitamento acadêmico. E com base nessa hipótese se propõe aqui, com a apresentação e aproximação do filósofo das mentiras convencionais às comunicações, fomentar um estudo de cunho acadêmico relevante e, também, retirar o semblante de intempestividade que está impregnado a todo discurso atemporal.

Eis os prolegômenos.

3.2 - A factualidade do consenso.

Imaginemos uma criança. Com a mão na frente e olhar ao céu ela acompanha o sol. Atenta, toma pontos como referência e deduz ao fim do dia que o grande astro seguramente gira em torno da terra.

“Um engano pueril”, diríamos, e talvez ao fim do riso retratasse qualquer um mais cultamente: “Equívoco comum que a maturação e aprofundamento das noções infantis desse pequeno homem hão de retificar”.

A verdade seduz e a ela urge a factualidade do consenso, ou seja, embora a criança tenha observado, medido e chegado à uma conclusão – que nos parâmetros da instrução e instrumentos que possui é irrefutável – o erro se faz evidente e pode ser revelado com estudos científicos simplórios e provas extraídas a partir de testes com instrumentos adequados para tal.

Vejamos o exemplo de *Max Nordau* que inspirou esse exemplo supracitado:

“O astrônomo, apoiando-se na lei da gravitação encontrada por Newton, calcula a órbita de um astro; o negro do Congo está convencido de que os europeus habitam no fundo do mar e sobem à superfície para chegar até eles, porque dos navios que chegam ele não descobre primeiramente, senão as pontas dos mastros, e, pouco a pouco, vê surgir no horizonte as outras partes, assim como dos navios que partem ele vê desaparecer primeiro o casco, depois as velas, e por último as pontas dos mastros. Ambos se valem da indução e dedução, ambos observam certos fenômenos, deduzindo depois uma hipótese. Ambos adicionam aos fenômenos perceptíveis traços que na realidade não lhes pertencem, que realmente eles não observaram e que existem somente na sua fantasia. É verdade que damos razão ao astrônomo e culpamos o negro do Congo; mas, com que direito?” (NORDAU, 1896, p.261)

Segregamos a inocência entre o cômico e a comiseração. O “não-saber” alheio suscita reações adversas nos que carregam punhados de verdades consigo e fazem de suas vidas ofício de semear as árvores do seu conhecimento, tratá-las as raízes e garantir para os seus, os frutos de todo esse esforço cognitivo.

“A hipótese do astrônomo conforma-se com todos os fatos que conhecemos; a do negro do Congo não se acha nesta condição. Mas se este último soubesse que o europeu é um homem como ele, que não poderia viver no fundo do mar, se ele conhecesse além disso, que a terra é redonda e que a curva da superfície oculta pouco a pouco o navio que se afasta de seus olhos, ou se ele tivesse visitado a Europa, certamente não deixaria de compreender o seu erro e de achar uma nova hipótese para explicar o aparecimento dos navios”. (NORDAU, 1896, p.261)

Essa intolerância é compulsiva e quer espaço para crescer. No instante em que as verdades adquirem um semblante imutável (forma), incólume (condição) e irreplegível (conteúdo), certo e errado se põem em opostos, as certezas passam a ser triunfos e o diferente é, na maioria dos casos, subjugado. A noção do saber a verdade nos retira o remorso das ações mais absurdas uma vez que o justo e o injusto, o bem e o mal, o louvável e o reprovável são confeccionados no íntimo de nossas necessidades e

vontade de viver. Qualquer um ou coisa que intervenha contra esse desejo será sempre e categoricamente taxado de mau, injusto e errado.

Dividimos, todos nós, a mesma ilusão da criança sob o céu e o espetáculo do fazer-se dia e noite. Enquanto nenhuma instrução ou instrumento possa pôr em xeque uma certeza de nossa propriedade, ela será verdadeira, será apreciada e defendida.

Max Nordau questiona:

“Quem sabe, se algum dia homens mais instruídos e melhor informados do que nós rirão das nossas hipóteses hodiernas, como atualmente a do negro do Congo nos provoca o sorriso, ainda que ela seja formada pelo mesmo método de que se valeu o grande Newton para descobrir a lei da gravidade?” (NORDAU, 1896, p.261)

As convicções são, talvez, as maiores fortalezas de um homem e abandoná-las seria demasiado doloroso, perigoso e improvável.

3.3 - No encaço das nossas perspectivas.

À dimensão de tudo nos relacionamos com os objetos da vida no encaço das nossas perspectivas. Ao imenso e ao minúsculo atribuímos sentido maior que apenas de parâmetros quando nos pomos como objeto central de observação e categorização das coisas.

Arrogamo-nos o mundo quando o demos nome e o figuramos geometricamente qual imensos traços, arcos e circunferências. Enquanto de posse da palavra, qualificamos tudo e, em suposições várias, tememos e tentamos domar o desconhecido.

Imaginemos se a todas as coisas, por mais semelhantes que fossem, devêssemos olhar como novas e decifrá-las em sua unidade e essência. Como seria ver nos mínimos detalhes cada árvore, cada monte ao longe, cada silhueta de tudo presente no caminho por qual passamos todos os dias?

Projetamos noções simplificadas e sólidas de tudo; algo como triângulos e trapézios para os montes distantes e cilindros tortuosos para os troncos de árvores. Se traçam um risco levemente curvo para baixo e acima dele dois pequenos pontos somos capazes de enxergar ali um rosto e um riso, mesmo não havendo a mínima semelhança.

“O juízo tem a tendência de atribuir a formação de todo o fenômeno a uma lei, e quer absolutamente achar o protótipo; é um defeito, sim, mas defeito a que o juízo está habituado e do qual não se separa sem resistência”. (NORDAU, 1896, p.249)

A simplificação e categorização de tudo se fizeram necessárias para que compreendêssemos o mundo e seu funcionamento, mas para isso nos criou ilusões óticas, táteis e cognitivas. O domínio (da palavra, da verdade e das coisas) é a ilusão do homem que mais o apraz, pois desfaz em brisa os tufões do acaso nas suas ponderações e, consentidas suas convicções, o torna confiante do seu julgamento.

É, pois, verdade o laço tênue e firme entre a afirmação e o consentimento. E a mentira? Interpretamos as coisas, deduzimos, aprofundamos as noções de lógica e causalidade, mas embora o real absoluto esteja em nossa volta, o vemos, sentimos e ouvimos como somos feitos para tal e não como ele de fato é constituído.

Figura-se a mentira na sede do conhecimento. A sua forma tem os aspectos da curiosidade sequiosa e a profundidade do receio mais esconso. A busca pela verdade é de fato a deturpação da essência de tudo. Fito o mundo e ele já se torna outra coisa.

“Todas as relações sociais têm o caráter da mentira. Estas relações baseiam-se na sociabilidade e no instinto de solidariedade do homem. Originam-se do seu desejo de cercar-se de companheiros da espécie e de evitar o isolamento como estado contranatural”. (NORDAU, 1883, p.237)

Seria então eloqüente afirmar que a mentira se faz em cada olhar e palavra que lançamos ao longe? E o que já é a mentira se as verdades, sob tal perspectiva, também a são?

3.4 - Verdades salgadas.

Sem antagonismos e devaneios, a mentira é essencial para a nossa forma de vida e formação devida. A verdade, embora trazida ao pedestal da honra e exibida por todas as doutrinas, organizações e indivíduos como atestado de dignidade e pureza, constitui-se de tudo que consome e corrompe a natureza humana ao mesmo tempo em que a revela.

Somente se compreendidos as convicções, noções e julgamentos que em nós se firmaram, ensinados e repassados ao longo do tempo, como abstrações (não certezas) de

tudo que nos cerca, e adaptação e conveniência para vivermos em sociedade num mundo indecifrável no qual apenas inventamos verdades, mas nunca as acharemos, poderíamos reaver e reformular o pensamento e as diretrizes das nossas vontades e deixar para trás, de uma vez por todas, todos os aspectos nocivos das ideologias e organizações humanas que traem ainda o bolor da idade média e/ou o alor ganancioso e infrene da era da economia globalizada.

Uma nova organização política, econômica e social seria fomentada no rastro da nova condição humana e os instrumentos para tal transmutação já existem. Lembremos da criança que fez sua verdade quanto ao dia e noite e a levou para casa com cuidado. Ao perceber que não compartilhavam do seu deslumbramento, a criança relutou mas cedeu. Por quê? Ela teve acesso a novos instrumentos e instruções, e com isso agarrou sua nova verdade com mais firmeza ainda.

Os instrumentos estão por toda parte. O mundo está mais rápido, a tecnologia da interatividade nos aproxima numa velocidade maior do que nos deixamos aceitar nossas diferenças. Não há mais delimitações de espaço no contexto virtual-universal e troca de informações e dados nas formas possíveis atualmente (áudio, vídeo, texto etc) já estão obrigando uma reestruturação massiva de certos poderes e organizações econômicas. Logo se farão necessárias mudanças generalizadas no exercício jurídico e político de repartições do mundo inteiro e toda a realidade social acompanhará essa onda de transformações.

“É assim que se me afigura a civilização futura; é assim que um dia, segundo minha convicção, o homem mais ínfimo verá sua própria vida ligada à vida comum. Nas festas da poesia, da arte, do pensamento, da humanidade, ele alargará seu acanhado horizonte individual até ao vasto horizonte da existência da espécie; chegará à idéia de desenvolvimentos mais elevados e se compenetrará do ideal da humanidade”. (NORDAU, 1883, p.45)

Não se pode deixar essa onda passar e não levar-nos à praia do novo mundo. Quanto tempo, e, quantas vezes ainda veremos na crista das ondas a espumante orgia dos interesses nocivos ao bem comum encontrar a terra firme e ficaremos agarrados a destroços de esperanças e ilusões, com sede e prestes a nos afogarmos em verdades tão salgadas?

Instrução. Nos falta essa palavra e o que ela significa. Os meios de comunicação em massa, dotados de capacidade enorme de difusão, nos oferecem o conveniente, o

estático, o reflexo de nós mesmos. Reprime o novo ao passo que o estranhamos. As formas de interação virtual e a aglutinação desta com a imprensa formam um híbrido de informação e transformação para o qual não podemos virar as costas.

“Estes germens se desenvolverão: um futuro próximo talvez verá uma civilização na qual os homens encontrarão com que satisfazer a necessidade de exercício, de elevação, de emoções em comum e de solidariedade humana (...). Quantas emoções novas o homem não sentirá nestas festas do futuro!”. (NORDAU, 1883, p.44)

A expressão anuncia-se não mais unilateral. A produção de conteúdo se desvencilha rapidamente das grandes editoras, produtoras e jornais. É hora de repensarmos a estrutura social e fundarmos os novos alicerces do saber.

3.5 - Os parágrafos da história.

Devemos mesmo dar vazão a esses idealismos fugidios com sintomas de loucura que nos anunciam o bem comum e o triunfo da prosperidade ou hão de ser os nossos mínimos pensamentos, para sempre, apenas abstrações horrendas de uma realidade que constatamos não mudar nunca?

Que força latente constitui os sonhos e a aspiração humana? Em que circunstâncias se define a inspirada luta, explodem e eclodem as transformações? Como ensaiamos os parágrafos da história?

“Que diremos das ciências históricas que pretendem descobrir a verdade dos fenômenos há muito tempo passados, que às mãos e aos olhos de quem procura não oferecem mais do que um traço quase extinto, um eco indiscreto e quase amortecido, ou menos ainda?”. (NORDAU, 1896, p.269)

Quando as situações conspiram e suscitam em espasmos as revoluções, nascem heróis e vilões que figuram sua época e perduram para sempre nas páginas dos livros e no imaginário comum. A figura do herói é uma exigência categórica nos processos de transformação.

A personificação da luta e da bravura contra determinado mal nos enche de fascínio e arremete à nossa consciência primitiva, quando os acontecimentos ao redor

nos eram compreendidos como derivados de nossas ações diretas e qualquer evento aparentemente sem um causador direto nos suscitava incontrolável pavor e desassossego.

A idéia de não se ter o controle das coisas provoca o indivíduo profunda e intimamente. Toda a construção do conhecimento baseia-se na questão do domínio e os heróis do passado nada mais são que os legitimados representantes que sintetizam certo período transitório e que somente sob determinadas e especiais circunstâncias são gerados e trazidos ao pedestal da glória e reconhecimento.

Que história a nossa atualidade vai impelir futuro afora? Que heróis vão surgir da ânsia por mudanças e o que enfim, vai nos despertar de nossos sonhos e nos consumir de todo se não fizermos nada?

São válidos o sonho silente de agora e os rabiscos de um futuro tão melhor e incerto?

3.6 - O bom filho.

Tal qual os heróis na sua representação social, os vitoriosos são louvados. Se não estamos em campos de batalha diante de frios inimigos armados e traiçoeiros, a convicção de nossa realidade de cidades e cidadãos nos transporta a esse mundo hostil de guerra.

O discurso da vida nos menciona essa batalha. Temos que ser vitoriosos, respeitosos e notáveis, vencer o inimigo, superar os obstáculos, conquistar o espaço que merecemos. Em todos os aspectos da nossa cultura nos é sugerido que legitimemos as verdades que na nossa sociedade compartilha e os poderes que, supõe-se, a fortalecem.

“Um abismo insondável existe entre o nosso entendimento, entre o que julgamos ser verdade, e as instituições tradicionais em que somos obrigados a viver e a obrar”. (NORDAU, 1883, p.23)

Nas universidades, no exército, nas igrejas, nas empresas e no lar aprendemos, de maneiras distintas, as normas e as conveniências, as noções do correto e errado, a hierarquia das nossas posições e a conduta sugerida.

“Em quantas e quão variadas circunstâncias não nos revestimos de fisionomia solene, de atitude grave, usamos de vestuários que nos assemelham a um jogral, fingimos respeito exterior por pessoas e instituições que em fundo achamos absurdas, e nos conservamos covardemente ligados a convenções que, em nossa alma e consciência, sabemos não possuírem fundamento algum?”. (NORDAU, 1883, p.26)

É quisto que tenhamos prestígio. O bom filho vai à faculdade e à igreja, senta-se à mesa com fineza e chega cedo ao trabalho. Todos em nossa volta nos fazem reafirmar essas verdades e esses poderes. Por qualquer desvio, alteração ou descuido seremos punidos ou requisitados para não mais repetir o erro ou infração.

Os méritos e as punições não têm em essência as respectivas funções de louvar e recriminar qualquer indivíduo, mas a ação por ele proferida, de forma que cause reações claras nos outros indivíduos e se aprenda o exemplo. Estabelece-se assim um eixo comum de comportamentos induzidos tanto por leis institucionais quanto por olhares de reprovação no qual a mínima transgressão não passa desapercibida.

É incontestável que criminosos irremediáveis devam ser impossibilitados de conviver em sociedade, mas analisamos aqui os princípios do mérito e da punição, não é necessário então, que aprofundemos nas questões de organização e segurança sociais.

Nos fixemos ao fato de que o indivíduo, na sua formação e conduta terá sempre e profundamente as referências que lhe foram apresentadas e o impulso de seguir por onde lhe apontam e, de certa forma, o exigem.

A aceitação nos move e comove. Buscamos os grupos ao qual pertencer e nos modulamos e encaixamos neles. Queremos falar incessantemente do que pensamos, o que e quem somos. Seja através de sobrenomes, títulos, roupas, signos, times de futebol ou religiões, nos deixamos decifrar com temor secreto que nos traduzam sem a escoreição que esperamos.

Como tudo em nossa volta, divididos aos traços e características variados, nos segmentamos e perfilamos. Nossos conceitos tornam-se rígidos, nossos nortes ficam estáticos e a luz da moral nos guia pelos caminhos.

“A nossa moral é limitada ao tempo e ao lugar; nasceu e desenvolveu-se historicamente, muda os seus direitos do mesmo modo como a moda transforma o nosso vestuário e os nossos chapéus”. (NORDAU, 1896, p.15)

Pensar o novo representa uma ampla reestruturação de conceitos e nortes e nesse processo o indivíduo batalha com os indivíduos em sua volta e consigo mesmo.

“Familiarizar-se com uma idéia nova obriga sempre a um esforço, produz dores, das quais procuramos subtrair-nos”. (NORDAU, 1896, p.52)

3.7 - À procura de algo

Seria felicidade a personagem inefável de todos sonhos humanos? Que amplitude alcançaria um sorriso pleno de si? E como se faz no íntimo de cada um essa plenitude e satisfação?

Obedecendo e se privando. Sim. Sufocando ao nó de uma gravata e suando dentro de um terno. Sim. Trazendo à face uma seriedade formal e ao peito um desassossego desnecessário. Sim. Honrando o nome e o trabalho e exigindo que façam o mesmo. Sim. Sabendo a hora exata de levantar ou baixar a cabeça. Sim. Reprovando o que comumente se reprova e ratificando os discursos de ordem. Sim. Afirmando até a morte o discurso que lhe veio ainda no berço. Sim. Dizendo sim.

Estamos à procura de algo. Sobrevivemos. “Façamos a nossa parte”, pensamos talvez na aurora de nossa consciência política, mas logo percebemos o conflito desse ideal humanitário com a realidade presente. Se não servirmos a esses poderes, se não os legitimarmos, se não passarmos ao longo, taciturnos e cautos, estaremos contra eles. Desleal essa guerra.

Advogados, pois, tagarelem aos montes que a nobre função do direito é dar garantias às pessoas de que não serão usurpadas, de que ninguém tomará o que lhes é de direito e colaborem, pomposos, com a segregação das oportunidades a manter quem já dispõe de direitos. Protejam enfim a propriedade privada, garantam herança aos senhores da terra e seus pródigos primogênitos.

Engenheiros, encham-se de orgulho por terem garantido saneamento básico e segurança estrutural às cidades, aos seus vizinhos, aos seus semelhantes e contribuam com os podres empreiteiros e o interesse de mercado que avança o concreto sobre a terra crua.

Padres, gabem-se por elevar o espírito humano e promover a paz e continuem surrupando o íntimo humano e prometendo aos crédulos o que não os pode dar.

Jornalistas, vão para casa com o sorriso mais largo por trazerem a verdade ao povo e mantenham-se na obediência servil ao chefe e sufocados nesse mundo de suposições no qual a verdade que tanto ostentam não passa do mesmo discurso de sempre e dos mesmos poderes de sempre.

Cada um acha seu discurso e o profere acreditando ter achado sua função mais pertinente no papel social. Repetimos a mesma voz, a mesma mentira que nos contaram. São tantas e de toda sorte que nos escapam. São diversas mentiras e “mentirinhas” que nos acompanham e guiam ao longo do nosso exercício social.

“A par das grandes mentiras, quantas mentirinhas penetram e envolvem nossa vida inteira! Semelhantes ao bolor, trazem em todas as suas partes a decomposição e a podridão, mas não pode deixar de ser assim. Se nascemos e crescemos com a mentira, constantemente cercados de mentiras, se devemos mentir todas as vezes que abrimos a boca em público ou que entramos em relações ativas com as instituições políticas e sociais, se temos o hábito de falar e obrar sempre diversamente do que sentimos e pensamos, de tolerar como coisa muito natural a constante contradição entre nossas convicções e as manifestações da vida, de considerar a hipocrisia prudência mundana e dever cívico; como poderemos conservar caráter justiceiro, ser sinceros nas relações com os outros homens, e verdadeiros na vida privada? Mente-se no passeio e no salão, da mesma maneira que na igreja, na reunião eleitoral, na repartição do estado civil e na bolsa”. (NORDAU, 1883, p.237)

4 – “Diversas mentirinhas”. A análise.

Diversas mentirinhas

O texto tem início com a descrição de um imperativo da espécie humana. *Max Nordau* procura dar um enfoque biológico ao seu discurso com a finalidade de explicar previamente o conceito de opinião pública através da forma como o indivíduo, dotado de instinto de solidariedade, responde aos estímulos da aprovação alheia.

“Resulta do instinto da solidariedade que o homem, em todas as suas resoluções e em todos os seus atos, tem incessantemente presente a idéia da espécie, do rebanho, e pergunta a si próprio: ‘O que dirão disto os outros?’. Ele dá maior influxo aos seus pensamentos e à sua conduta à vista do acolhimento que suas palavras e ações encontram nos outros homens”.

Ele parte desta pergunta acima para ressaltar o poder que a opinião pública exerce no indivíduo e explica:

“O desejo de agradar à opinião pública é, em regra geral, mais poderoso ainda que o instinto de conservação pessoal; porque grande quantidade de homens sacrifica a vida não para defender seus próprios interesses ou impedir algum perigo pessoal, mas para praticar alguma coisa da qual os outros falem elogiando-o; em outras palavras, é a opinião pública que faz o herói”.

Após mencionar a opinião pública e seus efeitos sobre o homem, *Max Nordau* discorre ainda sobre o seu recorrente conceito de “homem vulgar”, o qual, segundo ele, guia-se pelas resoluções dos outros. É na correlação proposta entre esse homem vulgar e os de “individualidade poderosa” com as influências da opinião pública que o autor conceitua:

“A opinião pública não é outra coisa senão a consciência da espécie, como a consciência não é mais do que a expressão da opinião pública do indivíduo”.

Para *Max Nordau* o instinto de conservação da espécie

“faz que a opinião pública, quando é abandonada a seu sentimento natural e não se vê obscurecida por preconceitos, em regra geral, só aprove os atos que favorecem direta ou indiretamente o bem da espécie, e reprova aqueles cujos resultados lhe causem danos mais ou menos imediatos”.

Ele cita a consciência como sendo o “advogado” dos interesses comuns em cada indivíduo e dessa afirmação conclui que o “imperativo categórico” de *Kant*¹¹ é a voz da consciência. Desta forma *Max Nordau* resume alguns conceitos a um só significado:

“Imperativo categórico, consciência, opinião pública, são pois essencialmente a mesma coisa: manifestações com as quais o indivíduo afirma a solidariedade da espécie”.

Até então o que o autor faz é se ocupar da construção de seu conceito e do seu cenário de pesquisa. Enquanto atualmente o termo “opinião pública” é analisado em seu caráter multifacetado, que se manifesta conjuntamente em relações a três níveis (público, meios de comunicação e poder político), e a crescente industrialização e conglomeração de empresas de comunicação contribuíram para que se forje ou se implemente uma opinião pública por meio do processo de controle do fluxo da informação, como sugere *Habermas*, a análise de *Max Nordau* agrupa diversos conceitos em um só e, ao invés de buscar os efeitos sócios-culturais e sua inferência na opinião pública, a define a partir do instinto de solidariedade.

Após essa definição, o texto trata da transformação que sofreu a opinião pública com a instituição da imprensa e assim imerge no campo, propriamente dito, das comunicações.

“Hoje (...) a opinião pública é força sólida provida de um órgão que todos reconhecem como seu representante plenamente autorizado: este órgão é a imprensa”.

Max Nordau considera enorme a importância da imprensa na civilização e a destaca entre todas as descobertas que transformaram as condições materiais e intelectuais da existência. Para ele o jornalismo se desenvolve contíguo a essas descobertas e é, também, um dos seus efeitos.

“É (...) difícil considerar os jornais da atualidade separadamente destas descobertas. Imaginemos o século atual que possui caminhos de ferro, telégrafos, fotografias e canhões Krupp, mas sem outros jornais a não ser os de anúncios e de exposições de fatos semanais, como eram os do século passado, e consideremos este com a antiga diligência que levava dez dias para ir de Berlim a Paris, com a vela de sebo e o competente atizador, com o fuzil e a caixa de isca, mas possuindo os atuais jornais políticos, acharíamos necessariamente que a nossa épica se assemelharia naquele caso muito mais com o tempo passado do

¹¹ Kant, Immanuel (1724 – 1804). Filósofo alemão. Autor de *Crítica da razão pura*. Imperativo Categórico, “Aja como se a máxima de sua ação fosse para tornar-se pela sua vontade uma lei natural geral”.

que no segundo caso, que a feição produzida pela existência da nossa imprensa na fisionomia da instrução contemporânea, distingue esta muito mais profundamente da precedente, do que todas as outras feições que caracterizam a vida moderna”.

O autor descreve a força da imprensa como acima do governo, da legislação moral e das idéias filosóficas e afirma que não há nada que ela não possa obter. Esta afirmação levanta o questionamento:

“Em que se baseiam a importância e a influência da imprensa?”.

Max Nordau investiga então seu objeto e busca nas suas características o que lhe dá essa descomunal força. Ele conclui:

“Não, não é o anúncio, nem as notícias, nem mesmo os artigos científicos que transmitem à imprensa o poder que ela tem no estado e a sua influência na civilização; é a sua tendência, o pensamento político ou filosófico que a dirige e que aparece mais ou menos distintamente não somente no artigo de fundo, mas também na escolha e disposição das novidades, no arranjo das notícias, na publicidade dos fatos ocorridos”.

Esse pensamento político ou filosófico e a escolha e disposição das novidades citados no texto conferem, segundo o autor, a força da imprensa. A pauta jornalística e a forma como é criada toma a atenção de *Max Nordau*. Ele discute a capacidade da imprensa de julgar o que é importante ou não; o que é acontecível ou inverdade; quem ou o quê merece ser copiado ou condenado.

Max Nordau conclui que a imprensa “personifica” a opinião pública e toma para si direitos; que ela pune da mais terrível forma quando “aniquila” o indivíduo moralmente; que ela pretende “representar” a opinião pública.

Essa é uma questão bastante discutida por *Habermas*. No seu conceito de “esfera pública” a idéia de um público livre de interferências externas é primordial para a construção da opinião pública. Enquanto *Max Nordau* define em maior relevância a tentativa de “representar” a opinião pública, *Habermas* vai mais a fundo e descreve a devoção pelo lucro dos jornais como um caminho para a “invasão” de interesses privados na esfera pública.

Os dois autores, embora em diferentes bases de pensamento, investigam o mesmo problema, para o qual procuram apresentar soluções.

“Mas perguntarão, quem pois possui os mais altos atributos da opinião pública, e de quem os houve? Onde adquiriu o direito de governar em nome do interesse público, de julgar, de derribar as instituições existentes, de estabelecer um ideal de moral e de legislação? De quem o jornalista recebeu seu novo mandato?”

Esta última pergunta é na verdade o anúncio de uma proposta que mais à frente o autor vai lançar, após aprofundar na forma como a imprensa opera e questionar a sua legitimidade.

Max Nordau continua e ressalta a dificuldade dos governos em responder as perguntas acima bem como a preocupação de controlarem, restringirem, ou até mesmo “destruírem” a imprensa. Ele diz que os povos sempre foram contrários a essas tentativas dos governos e que a liberdade de imprensa é sempre uma das maiores exigências. O autor descreve esse comportamento dos povos como justo e fundamentado no interesse de todos, mas condena a sua lógica.

“Quando os povos reclamavam a liberdade de imprensa, acreditavam dizer com isso: ‘A opinião pública, isto é, o pensamento, o sentimento e a consciência de todos, tem em todas as questões a maior autoridade para julgar sem apelação os interesses de todos; é desarrazoado tirar ou restringir a esta autoridade suprema a liberdade da palavra, querer impedi-la de manifestar seu juízo; seria a opressão de todos, seria usurpação de um indivíduo ou da minoria, impondo violentamente sua própria vontade em vez da vontade de todos; isto não poderia ser tolerado por um povo cujos membros são homens livres e querem eles próprios determinar seus destinos”.

Max Nordau considera esse raciocínio um sofisma. Para ele a hipótese utilizada para almejar a liberdade da imprensa é a de que opinião pública e a imprensa são idênticas. O autor define que a enérgica negação dessa premissa por parte dos governos possui mais razão que sua afirmação pelos povos.

“Se a opinião pública se manifesta legitimamente e sem ambigüidade, os governos sujeitam-se a ela como os outros indivíduos; ora, a opinião pública encontra na imprensa sua legítima expressão e despida de equívocos? Para responder a esta pergunta, convém saber o que é um jornal, como nasce, como é feito”.

O filósofo questiona a índole da imprensa. Essa manipulação e falsa representatividade em relação à opinião pública são sugeridas através da possibilidade

de qualquer pessoa fundar um jornal e não dever atestar nenhum respaldo de conhecimento ou, de início, aprovação do público que vai atingir.

“Mas, dirão, para o novo jornal tornar-se uma potência, somente poderá conseguí-lo de uma maneira; desenvolvendo-se extraordinariamente; o que faz supor ser ele escrito por pessoas de talento e que exprime idéias simpáticas ao público; ora, de um lado, não é verossímil que pessoas de talento se deixem dirigir e dominar por um indivíduo desprezível: seria garantia da moralidade do fundador do jornal se não tem conformidade de idéias com os redatores: seria garantia que o jornal exprime realmente a opinião pública. Assinando um jornal, o leitor escolhe ao mesmo tempo os redatores desse jornal para transmissores de suas palavras; a relação dos assinantes é o mandato da redação; cada renovação do pagamento de assinatura significa ao mesmo tempo renovação do pleno poder que tem o redator de falar em nome de todos os seus leitores”.

O texto acima é apresentado pelo próprio autor como falacioso. *Max Nordau* explica isso ao comentar a influência do capital, ao derrubar o argumento do número de assinantes e sugerir a probabilidade de jornais “chulos” terem mais influência que os jornais “decentes”.

“Pois bem! Essa influência é justificada? O redator da folha chula ou que explica os escândalos particulares tem realmente mandato valioso para hostilizar perante cem mil leitores o governo, para julgar os atos do cidadão, para dirigir a opinião, para orientar o espírito público para caminho mais ou menos aparente, porém desastroso? Eis-nos em face de uma das mais estranhas contradições da civilização atual. As idéias modernas revoltam-se contra as autoridades do Estado que não são estabelecidas pelo povo”.

No trecho grifado acima, *Max Nordau* trata do cerne da idéia de esfera pública. O consenso, idealizado por *Habermas*, que seria fomentado pela força do argumento e da razão, seria o próprio brilho da opinião pública cuja ressonância perante o poder político reivindicaria a resolução das questões pendentes. Esse arbítrio autoritário e a tomada de decisões das quais a opinião pública não reconhece ou não aprova a legitimidade seria então sumariamente reprovado.

Quanto à função política da imprensa e a maneira que esta a conduz, fica evidenciado no texto, além de um poder insondável para o qual não existe um aparato de leis ou exigências que assegurem um mínimo de idoneidade, uma responsabilidade enorme a qual, segundo *Max Nordau*, os jornalistas arcam sem que para isso atestem sua proficiência.

O filósofo critica o fato de que alguns jornalistas possam promover conflitos entre países e povos. Para ele, se tais jornalistas ocupassem um cargo de caráter

político, sofreriam retaliações previstas nas resoluções de sua patente, ou seja, não ficariam “absolutamente tranqüilos”, como atesta o autor.

Para ele a influência social da imprensa é igualmente espantosa. *Max Nordau* explana que a um juiz, por exemplo, é exigida uma formação minuciosa com estudos progressivos e nomeação em regra. Ele está ligado às leis jurídicas, de forma que seus erros e transgressões seriam censurados e, na maior parte dos casos, reparados.

O autor ressalta que não é exigido nada do jornalista, que pode, da mesma forma que o juiz, julgar e mudar completamente as condições de vida de um indivíduo. *Max Nordau* afirma que o jornalista

“exerce esse direito jurídico de punir, sem exhibir provas de estudos preliminares, sem ser nomeado por ninguém, sem oferecer garantia de imparcialidade e de averiguações conscienciosas”.

Quanto às alegações dos jornalistas de que, em seu aparato, a imprensa dispõe de meios para remediar os erros ou infrações por ela cometidos, o autor é cético e as descreve como de base frágil. Para ele, após falha ou má fé não bastam as retratações no jornal para que a honra do indivíduo lesado seja reafirmada.

Max Nordau acredita que

“a maior parte das pessoas reconhece que a imprensa não é necessariamente a expressão da opinião pública, perante a qual somente elas se curvam, mas que a imprensa é talvez muitas vezes antes produto da ignorância, da leviandade, da malvadez, do apoucamento de espírito ou da imoralidade de um indivíduo; estas pessoas entretanto não deixam por covardia de compartilhar a mentira consistente de considerar a imprensa como órgão autorizado da opinião pública e de identificá-la mesmo completamente com ela”.

Neste ponto do texto, a imprensa é duramente criticada e *Max Nordau*, para dar início às suas sugestões, questiona:

“Como poderá esta mentira ser substituída pela verdade? Como se poderá impedir que usurpadores se apoderem do poder que somente a verdadeira opinião pública tem o direito de exercer por intermédio de homens a quem expressamente outorgou o poder?”.

O autor intenta responder estas questões e cita um meio cômodo: A limitação da liberdade de imprensa. Mas para ele isso seria “imoral”, pois se trata de uma nova configuração do mesmo problema, ou seja, valeria a vontade do censor em vez da do jornalista. E conclui:

“(…) impedir o homem de exprimir francamente tudo o que pensa é favorecer a hipocrisia e mentira universais”.

Max Nordau resolve então apresentar uma alternativa e ressalta ter o Estado, o direito de coibir que um indivíduo fale em nome de todos (evoque a opinião pública) e dê às suas idéias “um peso e alcance” que, segundo o autor, não lhes cabe.

Essa idéia é sustentada pelo princípio de que há um erro quanto à noção de opinião pública e que esse erro é impelido pela pouca instrução do público. *Max Nordau* coloca que no futuro, “leitores ilustrados”, ou seja, pessoas de conhecimento amplo seriam, através de julgamento escoreito, os transformadores de toda a estrutura da imprensa. Eles seriam a provável resposta às questões anteriormente postas.

“Então hão de ler somente as folhas em que se encontrar realmente a expressão da opinião pública, e desprezarão aquelas em que um indivíduo vaidoso se deleita de sua própria tagarelice; então os únicos jornalistas que terão influência serão aqueles que o povo reconhecer por suas qualidades de espírito e caráter, com direito de pregar, de ensinar, de julgar; os outros, arrogando-se caráter público, excitarão apenas o riso”.

Esse cenário descrito acima é uma idealização proposta por *Max Nordau*, na qual ele sugere o fim do egoísmo existente, segundo ele, em todas as repartições e instituições públicas de seu tempo. Para visualizar esse cenário no campo específico da imprensa, o filósofo encontra a imposição de uma consciência elevada que fará o trabalho de seleção dos profissionais e legitimará através da escolha, aqueles que representarão a opinião pública.

O que se resume da idéia do autor é que esses “leitores ilustrados” não se inclinariam diante do contexto de modernização e industrialização em massa e saberiam que a que palavras dar atenção. Talvez uma utopia ou esperança que o filósofo expressou melodicamente, mas esse cenário é a representação, talvez exagerada, do ideal proposto por *Habermas* em seu conceito de esfera pública.

De um lado temos as máquinas e os poderes a produzir e massificar informações e, desta forma, pessoas; do outro um público instruído e ladino que através da escolha pode transformar a realidade em volta. Tal é a visão de *Max Nordau* que somente em larga escala se faria realidade essa transformação por meio da instrução.

Enquanto ele traça conjecturas absolutas e idealistas mais amplas, *Habermas* define nichos, mas para isso, restringe-se mais que *Max Nordau*. *Habermas* não anuncia tal transformação generalizada, mas entende espaços e momentos de conflito que geram tais mudanças, a longo prazo talvez, e também ressalta a importância, não só da instrução, mas do argumento.

Max Nordau permite-se abrir ainda mais o leque de suas considerações quanto às transformações que seriam corroboradas por esses indivíduos instruídos. Ele define a função de algumas leis como unicamente de proteger o cidadão comum da má fé de falsos profissionais e considera que elas seriam inúteis diante de um povo “ajuizado”.

Para *Max Nordau*, porém, é imperativo que aja essa intervenção protetora da legislação enquanto essa generalização da “instrução” e da “faculdade do pensamento” não ocorra. Essas restrições, segundo ele, não devem atingir os meios pelos quais o indivíduo disponibiliza única e exclusivamente o seu pensamento individual e se responsabilizaria legalmente por suas afirmações, tais quais livros, brochuras etc.

O autor indica outro procedimento para com os escritores da imprensa periódica que, segundo ele,

“se dirigem a um círculo de leitores certos pelas assinaturas e formam uma tribuna infalível de auditores, para tudo o que divulgam. Tal tribuna é uma instituição pública, deve, portanto ser submetida ao exame público como todas as outras instituições públicas que têm importância para o bem físico, intelectual ou moral dos cidadãos”.

Max Nordau sugere então que

“Para poder fundar e dirigir um jornal, se deveria ter licença concedida não pelo arbítrio da autoridade, mas por um mandato do povo”.

Essa proposta é inusitada e o autor a faz após analisar e atestar que o jornalismo é uma atividade com poderes políticos e sem a devida sujeição a regras e leis que se atribui a um homem público no exercício do seu dever. *Max Nordau* acredita por

“ordem na casa” quando sugere status de político a um jornalista, pois desta forma, segundo ele, o jornalista teria regras bem definidas para assumir e conduzir o novo cargo.

Ele define alguns detalhes dessa proposta e faz projeções do que poderia ocorrer:

“Seria preciso estabelecer por lei que o candidato ao mandato de redator tenha idade determinada que garanta sua maturidade, conduta irrepreensível e exiba provas de certo grau de instrução. Somente aquele que possuísse estas qualidades poderia apresentar-se ao seus concidadãos e pedir-lhe o seu apoio. Esta eleição se faria por maioria de votos. Uma vez de posse do mandato, o jornalista teria o direito de escrever o que lhe agradasse; mas seria destituído desse mandato caso fosse condenado por calúnia, devendo renová-lo de dez em dez anos, por nova eleição popular. Desta maneira, um desconhecido ou um homem que apresentasse idéias antipáticas à maioria dos cidadãos encontraria dificuldade em obter o mandato de redator, mas o candidato infeliz teria sempre o recurso de trabalhar segundo suas idéias como escritor independente”.

Max Nordau afirma que esse sistema daria enfim ao jornalista o direito de evocar a opinião pública e o asseguraria a mesma estima a qual é dada, segundo ele, ao juiz e ao professor. Para ele somente assim

“a imprensa seria realmente o que agora injustamente pretende ser; órgão legítimo da opinião pública, e ocuparia com justa razão na civilização e na vida pública o grande lugar que usurpa atualmente”.

CONCLUSÃO

No último trecho de *Max Nordau* disposto na página anterior sobressai um desejo de mudança. Para ele a imprensa exerce um poder enorme, do qual não se sabe ao certo a origem, tampouco a amplitude, e, para o qual, não existem as devidas provisões administrativas e legais.

Não seria esse entendimento sozinho a raiz de questões como a exigência de diploma, as resoluções deontológicas jornalísticas e a regulamentação da profissão que, recentemente, tomou conta das discussões políticas e públicas no país?

Não suportaria estas poucas e finais considerações uma amplitude insondável tal qual o próprio poder exercido pelos meios de comunicação em massa?

Não teria, por fim, o conjunto de obras de *Max Nordau*, em sua pluralidade e atemporalidade, adequação e relevância pertinentes às comunicações?

A resposta é sim e essa afirmação insurge contra o desaproveitamento deste importante autor e do legado de seu conhecimento por parte do meio acadêmico em geral.

Poderíamos mais dispersa e amplamente apontar como culpado a atual imposição das “*hard sciences*” e do pensamento prático-imediatista e anunciar, melindrosos, um neo-positivismo cuja tarefa tem sido, sob o pretexto de adequação às exigências atuais do mercado, impossibilitar o aprofundamento da razão e a ampliação da força argumentativa dos futuros profissionais da comunicação. Sim, mas estaríamos assim, promovendo com esse discurso idealista, o crescimento da distância entre a razão filosófica e a realidade factual.

Poderíamos, menos obtusos, enxergar culpa no próprio corpo docente das instituições de ensino superior, mas com isso faríamos injustiça ao partir do pressuposto que a um ou outro autor deve ser dada maior importância e ao exigir que mestres e professores tenham conhecimento da existência de determinado autor ou obra não amplamente difundido(a).

Culparíamos mais cautos o próprio corpo discente pelo apego à praticidade e o desinteresse pelo conhecimento que, ao seu ver, não lhe acresce nada, mas outra vez estaríamos no estreito território entre o equívoco e a inseqüência.

O que este trabalho infere é que não há culpados e que a busca por um sugeriria que em algum ponto determinado houve erro. Sequer defeitos há. São, na verdade, características que se formularam em meio a incontáveis fatores e têm se modificado ao longo dos tempos e suas exigências particulares.

Com este entendimento a análise realizada neste trabalho concentra-se na apresentação do filósofo e no aprofundamento de suas idéias mais cabíveis ao campo da comunicação e tem por preocupação principal mostrar que a presença de *Max Nordau* no organograma das instituições de ensino superior seria de grande acréscimo para os estudantes de jornalismo.

Conclui-se, pois, neste trabalho, que as análises e correlações realizadas entre autores propriamente das comunicações e o filósofo das mentiras convencionais serviram para definir que é nesse ambiente plural e atemporal que podemos desenrolar o tapete vermelho e das as boas-vindas a *Max Nordau*.

ANEXO

Parte I de *Diversas mentirinhas*

In: NORDAU, Max. *As mentiras convencionais da
nossa civilização* (1883)

I

Somente pelo fato do homem, à semelhança dos animais que vivem em rebanhos, ter necessidade de habitar em comum com seus semelhantes, poderíamos compreender algumas de suas particularidades mais primitivas e mais essenciais. Estas ficariam absolutamente inexplicáveis, se tivéssemos de ver nele um ente solitário e independente por natureza, ou se por ventura fosse verdadeiro o quadro que certos antropologistas mal informados, mas dotados de imaginação viva, nos traçaram do homem primitivo; eles nos o mostram como caçador selvagem, inimigo da espécie, vagando sozinho pelas florestas, armado com machado e faca de pedra. O seu instinto de solidariedade estabeleceu-se unicamente pela necessidade de viver em sociedade; a educação egoísta promovida pela civilização pode enfraquecer ou obscurecer esse instinto, mas não suprimi-lo. Ele perderia a razão de ser e por conseqüência não seria justificado em um ente cuja natureza e suas necessidades o obrigassem a uma existência solitária, sem relações com os outros homens, e ocupado somente em satisfazer suas próprias inclinações e seus interesses pessoais.

Resulta do instinto da solidariedade que o homem, em todas as suas resoluções e em todos os seus atos, tem incessantemente presente a idéia da espécie, do rebanho, e pergunta a si próprio: “O que dirão disto os outros?” Ele dá maior influxo aos seus pensamentos e à sua conduta à vista do acolhimento que suas palavras e ações encontram nos outros homens. A opinião pública exerce sobre todo o indivíduo poder imenso, ao qual ele não pode de maneira alguma eximir-se. Se na aparência revolta-se contra ela, esta revolta assemelha-se a certas oposições políticas que apelam do rei mal informado para o rei melhor informado; tem por fim confessado ou previsto não colocar-se acima da opinião pública, mas transformá-la de tal sorte que acabe por partilhar a opinião daquele que protesta contra ela. O homem que abre caminho para si o faz na esperança secreta de encontrar finalmente no termo de sua estrada solitária, tarde que seja, uma multidão de seus semelhantes. *Timon*¹² tenta convencer a si próprio que os homens lhe são completamente indiferentes; mas no fundo da sua conduta e de toda a sua existência permanece a aspiração para a humanidade que corresponda aos seus desejos e às suas tendências, e da qual ele também poderia fazer parte. O desejo de

¹² Filósofo romano discípulo de Pirro de Elis (c.365 a 275 a.C). Introduziram o ceticismo pós-socrático.

agradar à opinião pública é, em regra geral, mais poderoso ainda que o instinto de conservação pessoal; porque grande quantidade de homens sacrifica a vida não para defender seus próprios interesses ou impedir algum perigo pessoal, mas para praticar alguma coisa da qual os outros falem elogiando-o; em outras palavras, é a opinião pública que faz o herói. Os homens vulgares nasceram para caminhar no grosso da turma, para deixar aos outros a direção da expedição, a escolha das paradas, a indicação da hora de partida e o descanso, a direção do ataque e da defesa; estes homens em toda a sua vida não têm outro móvel senão a opinião dos outros; nunca se atrevem a seguir suas idéias ou ter inclinação pessoal; nas maiores coisas como nas menores obedecem à opinião pública; desde a cor da gravata até a escolha da mulher, guiam-se pelas resoluções dos companheiros, dos quais não desviam um só instante a vista ansiosa.

As individualidades poderosas, os condutores naturais do rebanho, deliberam entre si, sem importarem com a aprovação ou censura dos outros, obedecem às suas próprias idéias. Mas se observarmos de mais perto, reconhece-se que eles também são sustentados pela esperança de obter imediatamente, ou depois, o assenso senão de todos, ao menos dos melhores. É preciso coragem extraordinária para sustentar publicamente uma convicção pessoal, quando sabemos que por este modo nos colocamos em oposição àqueles que nos cercam; por exemplo para defender a causa da população, se como Catarina¹³, o indivíduo tiver nascido aristocrata; ou para declarar guerra a Roma, se, como Lutero, tiver uma mãe muito carinhosa que vos supõe condenado ao fogo eterno do inferno. Mas estes heróis tinham a consolação de julgarem-se acordes com as minorias que contavam transformar-se em majorias. Outros heróis não encontravam entre seus contemporâneos estas simpáticas minorias; animavam-se entretanto no combate contra as opiniões dominantes incitados pela aprovação de um só ente: uma mulher, um amigo, uma criança; se lhes faltava também esta consolação, fortaleciam-se com a convicção de que a humanidade seria algum dia mais justa e inteligente, e que depois de tê-los apedrejado enquanto vivos, veneraria sua memória.

Considero como absolutamente inadmissível que, para obedecer a uma convicção pessoal, o homem em plena posse de suas faculdades intelectuais se coloque de maneira persistente em oposição à opinião pública, estando absolutamente certo de que sua maneira de proceder, enquanto houver homens na terra, será sempre reprovada

¹³ Imperatriz da Rússia, filha de príncipes alemães.

por todos, que nem mesmo a mais fraca minoria lhe dará razão, que será desprezado e detestado eternamente por todos os homens como traidor, covarde ou infame. Debalde¹⁴ procurareis o herói, o mártir que, por uma idéia considerada por ele justa, suportasse esta exclusão definitiva e sem recurso da humanidade, o horroroso isolamento do presente e do futuro, o ódio ou a aversão universal; não o encontrareis certamente entre os homens de espírito sensato. A opinião pública não é outra coisa senão a consciência da espécie, como a consciência não é mais do que a expressão da opinião pública do indivíduo. O instinto existente em todos da conservação da raça faz que a opinião pública, quando é abandonada a seu sentimento natural e não se vê obscurecida por preconceitos, em regra geral, só aprove os atos que favorecem direta ou indiretamente o bem da espécie, e reprove aqueles cujos resultados lhe causem danos mais ou menos imediatos. Em sentido inverso, a consciência é o advogado dos interesses da espécie em todas as almas humanas, o representante que a opinião pública possui em todo o indivíduo e pelo qual ele se prende sempre à humanidade, ainda mesmo que vivesse sozinho em uma ilha deserta no meio do oceano. O “imperativo categórico” de *Kant*, é a voz deste representante interior da opinião pública. Aquele que pratica o que julga ser bom, ainda que seja contrário ao seu interesse individual, aquele mesmo que, cumprindo um dever, morre obscuramente como herói, sem esperança de ser em tempo algum apreciado, procede deste modo porque sente em si uma testemunha sempre presente de seu heroísmo, porque ouve uma voz que aprova seus atos com animação, em nome da humanidade, porque tem verdadeiro sentimento que a opinião pública está inteiramente com ele e que só pelo acaso se acha impedida de manifestar-lhe abertamente sua aprovação. Imperativo categórico, consciência, opinião pública, são pois essencialmente a mesma coisa: manifestações com as quais o indivíduo afirma a solidariedade da espécie.

Outrora, a opinião pública era alguma coisa impalpável; não tinha corpo nem contornos desenvolvidos; nascia não se sabe como, compunha-se de mil pequenos detalhes: de uma palavra de algum príncipe ou de algum alto personagem, do sinal de cabeça feito na taberna por um membro importante de alguma corporação, da tagarelice de alguma matrona em uma visita, no mercado, ou no serão. A opinião pública só tinha forma determinada na jurisdição de honra introduzida não pela lei escrita, mas pelo

¹⁴ Inutilmente, em vão.

costume; cada estado e principalmente cada corporação exercia esta jurisdição sobre seus próprios membros; o julgamento sem apelação possível para a jurisdição superior aniquilava moralmente aquele contra quem era proferido, e mais positivamente do que faria a sentença de qualquer tribunal propriamente dito. Hoje, pelo contrário, a opinião pública é força sólida provida de um órgão que todos reconhecem como seu representante plenamente autorizado: este órgão é a imprensa.

A importância da imprensa na civilização moderna é enorme: sua existência, o lugar que ocupa tanto na vida do indivíduo como na da sociedade caracteriza nossa época muito mais do que todas as maravilhas descobertas que transformaram inteiramente as condições materiais e intelectuais da nossa existência. O grande desenvolvimento do jornalismo coincide com estas descobertas e é um dos seus efeitos. É portanto difícil considerar os jornais da atualidade separadamente destas descobertas. Imaginemos o século atual que possui caminhos de ferro, telégrafos, fotografias e canhões Krupp¹⁵, mas sem outros jornais a não ser os de anúncios e de exposições de fatos semanais, como eram os do século passado, e consideremos este com a antiga diligência que levava dez dias para ir de Berlim a Paris, com a vela de sebo e o competente atizador, com o fuzil e a caixa de isca, mas possuindo os atuais jornais políticos, acharíamos necessariamente que a nossa época se assemelharia naquele caso muito mais com o tempo passado do que no segundo caso, que a feição produzida pela existência da nossa imprensa na fisionomia da instrução contemporânea, distingue esta muito mais profundamente da precedente, do que todas as outras feições que caracterizam a vida moderna. A importância da imprensa não é contestada por ninguém. Um estadista francês chamava-a de “quarto poder do Estado”, isto é, poder que, com os três outros: o soberano, a câmara alta e a câmara dos deputados, decreta leis e governa. É certo que hoje, em nenhum Estado europeu, pode-se governar por tempo duradouro sem a colaboração da imprensa ou a despeito da sua resistência e que, sem ela, as leis não podem manterem-se. *Emílio Girardin*, em um acesso de humor paradoxal, negou o poder da imprensa. Os ignorantes poderão dar-lhe razão; aqueles que têm mais inteligência encolherão os ombros. Sem dúvida, nem sempre a mesma folha

¹⁵ Canhão de guerra fabricado pela Alemanha entre 1872 e 1874. Feito de aço, comprimento de 193 cm. e calibre de 80mm. Foram introduzidos no Brasil em 1872 quando 12 unidades foram importadas para equipar um regimento de artilharia. Fizeram grande sucesso no Brasil por serem peças móveis de artilharia de campanha.

poderá fazer prevalecer suas idéias; o jornal mais conceituado do mundo poderá pedir em vão que demitam da administração pública um empregado grosseiro, com mais forte razão não poderá impedir a votação de uma lei, conservar ou derribar um ministério, fazer adotar esta ou aquela política. Mas se todos os jornais de um país seguissem com perseverança o mesmo fim, se repetissem infatigavelmente durante meses, durante anos, idéias expressadas de algum modo um tanto geral, se atraíssem sempre seus leitores para a sua maneira de pensar, nada haveria finalmente que não pudessem obter; governo, legislação moral, mesmo idéias filosóficas, nada lhes resistiria.

Em que se baseiam a importância e a influência da imprensa? Algumas pessoas designam-lhe como mais importante o papel de intermediária nas relações comerciais. Não temos necessidade de ocupar-nos dos indivíduos que só olham no jornal para as colunas de anúncios. O jornal dá também notícias, mas não é nisto que reside a sua força; como simples cronista dos sucessos do dia o jornal teria a aceitação igual a do barbeiro da esquina, que é seu rival nas notícias dos incidentes do lugar. A folha que somente se ocupasse de notícias áridas não incomodaria o governo e tampouco agradaria o público. Outras pessoas dizem que a imprensa serve para instruir as massas, para vulgarizar os resultados das investigações científicas; mas nisto também, não está a sua ação principal, porque, de uma parte, a vulgarização das ciências pela imprensa quotidiana não tem grande importância e, de outra parte, a experiência tem provado que a melhor folha científica popular produz nos espíritos dos leitores impressão infinitamente menos que a mais detestável folha política. Não, não é o anúncio, nem as notícias, nem mesmo os artigos científicos que transmitem à imprensa o poder que ela tem no estado e a sua influência na civilização; é a sua tendência, o pensamento político ou filosófico que a dirige e que aparece mais ou menos distintamente não somente no artigo de fundo, mas também na escolha e disposição das novidades, no arranjo das notícias, na publicidade dos fatos ocorridos. Se a imprensa se limitasse a contar incidentes, não sairia da classe de simples meio de comunicação, de pouca importância para a civilização. Mas ela examina e censura os sucessos do dia, julga as ações, as palavras e mesmo os desígnios¹⁶ confessados ou não dos homens, ela estigmatiza ou louva estes, os anima ou os ameaça, os recomenda ao

¹⁶ Intenções; propósitos.

povo para que os venere e os imite; ou então apresenta-os como objetos de horror e de desprezo; ela personifica a opinião pública, arroga-se direitos; exerce a faculdade de punir aplicando até na mais terrível forma: a proscrição e o aniquilamento moral; pretende, em uma palavra, representar a opinião pública.

Mas perguntarão, quem pois possui os mais altos atributos da opinião pública, e de quem os houve? Onde adquiriu o direito de governar em nome do interesse público, de julgar, de derribar as instituições existentes, de estabelecer um ideal de moral e de legislação? De quem o jornalista recebeu seu novo mandato? Os governos dirigiram a si próprios estas perguntas logo que apareceu a imprensa falando em nome da opinião pública, e como nunca encontraram resposta que os satisfizesse, perseguem-na sempre, procuram destruí-la ou ao menos conservá-la, sob a sua férula¹⁷ autoridade, acorrentada. O instinto da multidão tem sido sempre contrário a estas tentativas dos governos e a liberdade da imprensa é por toda parte uma das primeiras e mais imperiosas exigências dos povos. Este instinto, como quase todo instinto popular, era justo em si e tinha por fundamento o interesse de todos; mas na sua aplicação mostrou-se pouco lógico. Quando os povos reclamavam a liberdade de imprensa, acreditavam dizer com isso: “A opinião pública, isto é, o pensamento, o sentimento e a consciência de todos, tem em todas as questões a maior autoridade para julgar sem apelação os interesses de todos; é desarrazoado tirar ou restringir a esta autoridade suprema a liberdade da palavra, querer impedi-la de manifestar seu juízo; seria a opressão de todos, seria usurpação de um indivíduo ou da minoria, impondo violentamente sua própria vontade em vez da vontade de todos; isto não poderia ser tolerado por um povo cujos membros são homens livres e querem eles próprios determinar seus destinos”. Raciocinando por este modo, os povos praticavam um sofisma: tiravam as conseqüências de uma premissa que consideravam como provada, enquanto se tratava precisamente de demonstrar a conveniência. A hipótese em virtude da qual o povo reclama a liberdade da imprensa, é que a opinião pública e a imprensa são idênticas. Mas eis o que exatamente os governos têm sempre negado energicamente e com mais razão do que os povos a têm afirmado.

Se a opinião pública se manifesta legitimamente e sem ambigüidade, os governos sujeitam-se a ela como os outros indivíduos; ora, a opinião pública encontra

¹⁷ Severa.

na imprensa sua legítima expressão e despida de equívocos? Para responder a esta pergunta, convém saber o que é um jornal, como nasce, como é feito. Qualquer pessoa, um mariola, um boêmio, um especulador, pode, tendo dinheiro ou se encontra algum comanditário, fundar um jornal, reunir ao redor de si numeroso estado maior de jornalistas de profissão, e tornar-se por assim dizer de um dia para outro uma potência que exerça pressão sobre os ministros e o parlamento, sobre as artes e a literatura, sobre a bolsa e o comércio.

“Mas, dirão, para o novo jornal tornar-se uma potência, somente poderá conseguí-lo de uma maneira; desenvolvendo-se extraordinariamente; o que faz supor ser ele escrito por pessoas de talento e que exprime idéias simpáticas ao público; ora, de um lado, não é verossímil que pessoas de talento se deixem dirigir e dominar por um indivíduo desprezível: seria garantia da moralidade do fundador do jornal se não tem conformidade de idéias com os redatores: seria garantia que o jornal exprime realmente a opinião pública. Assinando um jornal, o leitor escolhe ao mesmo tempo os redatores desse jornal para transmissores de suas palavras; a relação dos assinantes é o mandato da redação; cada renovação do pagamento de assinatura significa ao mesmo tempo renovação do pleno poder que tem o redator de falar em nome de todos os seus leitores”.

Tudo isto parece evidente, e entretanto não têm uma só palavra de verdade. A experiência tem mostrado que por dinheiro pode-se comprar sempre e em toda a parte a colaboração de homens de talento, mas sem caráter. Conhecem-se dúzias de amigos corretores de anúncios, usuários e bancarroteiros, criminosos, condenados, sediciosos, grosseiros ignorantes que fundaram grandes jornais, engajaram penas brilhantes e administraram a empresa segundo seus sentimentos baixos, sua imoralidade, sua ausência de convicções.

O argumento extraído do número dos assinantes não suporta também a crítica. Algum empreendedor sem consciência não necessita de nada mais do que especular com os instintos miseráveis e desprezíveis, que existem na multidão, a par das tendências nobres e boas, para ter certeza de encontrar leitores e compradores. Quem não sabe de jornais que usam linguagem chula excessivamente obscena? Ou exploram a tagarelice caluniosa? Ou mesmo procuram produzir efeito com escandalosas extravagâncias de linguagem, ou descrições lúbricas excitando a lascívia

dos leitores? Ou finalmente oferecendo simplesmente uma t6mbola ¹⁸e prometendo aos compradores pr6mios ou lucros em dinheiro? Todas estas folhas podem, por estes meios mais ou menos reprovados, adquirir grande extra76o e, com ela grande influ6ncia. 6 mesmo prov6vel que tenham mais extra76o e portanto mais influ6ncia que os jornais decentes que contam somente o que sabem, que ensinam se os seus redatores s6o instr6idos, que possuem s6lidos princ6pios de moral, nunca se dirigindo aos instintos vulgares de seus leitores, mas esfor7ando-se por desenvolver suas nobres tend6ncias.

Pois bem! Essa influ6ncia 6 justificada? O redator da folha chula ou que explora os esc6ndalos particulares tem realmente mandato valioso para hostilizar perante em mil leitores o governo, para julgar os atos do cidad6o, para dirigir a opini6o, para orientar o esp6rito p6blico para caminho mais ou menos aparente, por6m desastroso? Eis-nos em face de uma das mais estranhas contradi76es da civiliza76o atual. As id6ias modernas revoltam-se contra as autoridades do Estado que n6o s6o estabelecidas pelo povo. N6o toleram mesmo na monarquia a simples gra7a de Deus, mas restringem, em teoria ao menos, o poder do rei pela vontade dos eleitores. O ministro deve ser nomeado pelo chefe de Estado, com aprova76o do parlamento. O deputado precisa solicitar os votos de seus concidad6os. O jornalista exerce na pr6tica poder igual ao da legisla76o, ao do governo; tem os direitos do deputado, dos ministros e entretanto n6o depende de se nomeado nem eleito por ningu6m. 6 a 6nica autoridade do Estado que n6o tem necessidade de nenhuma confirma76o, pouco importa qual a proced6ncia. Ele faz-se por si pr6prio aquilo que 6 e pode exercer seu poder como melhor lhe agradar, sem ser de maneira alguma respons6vel pelos excessos ou pelos erros graves que cometer. N6o digam que exagero? Alguns jornalistas levianos ou sem consci6ncia t6m promovido revolu76es e guerras, t6m acarretado para o seu pr6prio pa6s ou para as na76es estrangeiras a desgra7a e a desola76o. Se fossem reis, seriam depostos; se fossem ministros teriam intentado contra eles processos de pena capital; como jornalistas, os deixam absolutamente tran7ilos e somente eles saem inc6lumes da ru6na geral que causaram. N6o 6 de admirar que se suporte tal poder arbitr6rio, tal

¹⁸ Loteria

despotismo, sem a mais leve tentativa de oposição, entretanto que se combate apaixonadamente todas as outras tiranias?

A situação não é menos anormal se, deixando de lado a influência política da imprensa, nos ocuparmos de sua influência social. O juiz a quem concedemos o direito de dispor arbitrariamente da nossa honra, da nossa fortuna, da nossa liberdade, tem necessidade de sérios estudos, da aprendizagem de muitos anos e da nomeação em regra; ele está ligado a leis severas; seus erros ou suas transgressões são imediatamente censuradas, na maior parte dos casos são reparadas. O jornalista pode lesar e mesmo aniquilar a honra e a fortuna de um cidadão; pode atentar contra sua liberdade pessoal, tornando-lhe impossível a residência em lugar determinado; mas exerce esse direito jurídico de punir, sem exhibir provas de estudos preliminares, sem ser nomeado por ninguém, sem oferecer garantia de imparcialidade e de averiguações conscienciosas. Afirmam, é verdade, que a imprensa cura as feridas que faz e que o cidadão está armado em princípio contra o jornalista pela lei da imprensa. Esta afirmação apoia-se sobre base muito frágil. O insulto em um jornal contra um homem particular pode causar a estes prejuízos absolutamente irreparáveis. Todas as retificações e as retratações são insuficientes para dar-lhe plena satisfação; porque muitos leitores verão o insulto, mas não a defesa publicada em outro número do jornal; mais de um, por indolência, não lerá a defesa, e, neste caso, a honra vilipendiada ¹⁹fica sempre maculada entre uma parte maior ou menor do público. Outro tanto acontece com o processo intentado por um particular a algum jornal. Uma folha dispõe de mil meios para atormentar o indivíduo sem dar lugar a que ele se possa queixar à justiça; quando mesmo o jornalista seja tão inepto que se exponha à condenação, esta, em regra geral, é nula, em proporção ao dano causado.

Esta situação explica porque não somente todos os reacionários, mas mesmo muitos liberais, são inimigos declarados ou secretos da imprensa: eles são tanto mais encarniçados, quanto maior é o poder da imprensa para constrangê-los a ocultar seus sentimentos e fingir que têm por ela amizade e estima. A maior parte das pessoas reconhece que a imprensa não é necessariamente a expressão da opinião pública, perante a qual somente elas se curvam, mas que a imprensa é talvez muitas vezes antes produto da ignorância, da leviandade, da malvadez, do apoucamento de espírito ou da

¹⁹ Aviltada; tornada vil.

imoralidade de um indivíduo; estas pessoas entretanto não deixam por covardia de compartilhar a mentira consistente de considerar a imprensa como órgão autorizado da opinião pública e de identificá-la mesmo completamente com ela. Como poderá esta mentira ser substituída pela verdade? Como se poderá impedir que usurpadores se apoderem do poder que somente a verdadeira opinião pública tem o direito de exercer por intermédio de homens a quem expressamente outorgou o poder? É uma das questões mais importantes da atualidade, e que os governos, desde muitos séculos, tentam em vão resolver. Há inquestionavelmente um meio cômodo: é limitar a liberdade de imprensa; mas este meio não conduz ao fim; é mesmo imoral, porque estabelece a vontade do censor em vez da do jornalista. É impossível atentar por meio de alguma lei contra a liberdade do pensamento; impedir o homem de exprimir francamente tudo o que pensa é favorecer a hipocrisia e mentira universais. Mas o Estado tem o direito de coibir que um indivíduo fale em nome de todos quando deveria limitar-se a falar em seu próprio nome, dando por este modo às suas idéias pessoais um peso e alcance que não lhe pertencem de maneira alguma. Dia virá, esperemo-lo, em que todos os leitores serão ilustrados e tão habilitados que julgarão por si próprios da distinção entre a voz isolada e a palavra brilhante da opinião pública. Então hão de ler somente as folhas em que se encontrar realmente a expressão da opinião pública, e desprezarão aquelas em que um indivíduo vaidoso se deleita de sua própria tagarelice; então os únicos jornalistas que terão influência serão aqueles que o povo reconhecer por suas qualidades de espírito e caráter, com direito de pregar, de ensinar, de julgar; os outros, arrogando-se caráter público, excitarão apenas o riso. Assim pois será também supérfluo limitar o direito de exercer a medicina somente às pessoas que têm diploma, porque os indivíduos tornar-se-ão tão ajuizados que saberão aconselhar-se com os homens da ciência e evitar os charlatães. Então a maior parte das leis será inútil, visto que de ordinário elas não têm outro fim senão suprir a inteligência mesquinha dos cidadãos pela sábia inteligência do legislador. Entretanto, enquanto se espera que a instrução e a faculdade do pensamento se generalizem e sejam elevadas à altura deste ideal, torna-se necessária a intervenção algum tanto protetora da legislação. Mas não deve haver restrições para os livros, brochuras, cartazes murais, folhas volantes, nos quais o indivíduo apresenta-se ao público em seu próprio nome e sob a garantia e responsabilidade de um editor ou do impressor e pede a adesão de suas idéias

individuais; todos devem poder falar por esta via a seus concidadãos e lhes dizer tudo o que se passa em sua mente. Se ofender a honra de algum cidadão, caluniando-o deve ser constrangido a fazer confissão pública do delito e retificação por meio de dilatada publicidade, tal, por exemplo, como a inserção durante muitos meses em todos os jornais de uma cidade ou de uma província; a publicação com igual duração de tempo em cartazes murais e freqüentes proclamações nas praças públicas; se o caluniador não puder suportar as despesas da publicidade, deve ser condenado a longo trabalho forçado que lhe proporcione os meios de conseguir o dinheiro necessário. Outro deve ser o procedimento com os escritores da imprensa periódica, que se dirigem a um círculo de leitores certos pelas assinaturas e formam uma tribuna infalível de auditores, para tudo o que divulgam. Tal tribuna é uma instituição pública, deve portanto ser submetida ao exame público como todas as outras instituições públicas que têm importância para o bem físico, intelectual ou moral dos cidadãos. Para estabelecer uma escola pública, uma farmácia, um hospital, um teatro, precisa-se de licença, cuja obtenção está subordinada ao cumprimento de cem condições estipulada no interesse de todos. O jornal deveria pelo menos ser assimilado a estes estabelecimentos. Para poder fundar e dirigir um jornal, deveria ter licença concedida não pelo arbítrio da autoridade, mas por um mandato do povo. Seria preciso estabelecer por lei que o candidato ao mandato de redator tenha idade determinada que garanta sua maturidade, conduta irrepreensível e exiba provas de certo grau de instrução. Somente aquele que possuísse estas qualidades poderia apresentar-se aos seus concidadãos e pedir-lhe o seu apoio. Esta eleição se faria por maioria de votos. Uma vez de posse do mandato, o jornalista teria o direito de escrever o que lhe agradasse; mas seria destituído desse mandato caso fosse condenado por calúnia, devendo renová-lo de dez em dez anos, por nova eleição popular. Desta maneira, um desconhecido ou um homem que apresentasse idéias antipáticas à maioria dos cidadãos encontraria dificuldade em obter o mandato de redator, mas o candidato infeliz teria sempre o recurso de trabalhar segundo suas idéias como escritor independente. O possuidor do mandato teria provavelmente menos dificuldade de encontrar um jornal onde escrevesse, do que tem hoje o médico, o advogado, o professor, o engenheiro de criar clientela, de obter uma cadeira ou a construção de algum caminho de ferro. O mandato seria valioso para o círculo

administrativo do burgo que o conferiu, por consequência: para o país inteiro se foi a capital, para o departamento se foi o corpo eleitoral do burgo.

Entrar em outros detalhes, expor, por exemplo, um projeto de lei minucioso sobre este assunto, é o que não pretendo nem tenho motivo para fazê-lo. Quis somente esboçar em grandes traços um sistema cuja realização daria de fato ao jornalista o direito de falar em nome de todos, asseguraria à sua autoridade a mesma estima que se dedica ao juiz, ao professor, ao representante do povo, e obrigaria o povo a nomeá-lo seu mandatário. Então a imprensa seria realmente o que agora injustamente pretende ser; órgão legítimo da opinião pública, e ocuparia com justa razão na civilização e na vida pública o grande lugar que usurpa atualmente.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E RECOMENDADA

INTERNET

Acessos entre os meses de abril e maio de 2005

http://www.press.jhu.edu/books/hopkins_guide_to_literary_theory/jurgen_habermas.html

Habermas, Jürgen

http://www.mediatic.net/article-200.5902.html&q_person=200.2041

Multiple Reality 1 – Part 1

<http://www.bookrags.com/biography-jurgen-habermas/>

Biography text – Jürgen Habermas

<http://www.cambridge.org/uk/catalogue>

The Public Sphere – Cambridge University Press

<http://www.mala.bc.ca/~soules/media301/habermas.htm>

Jürgen Habermas and the Public Sphere

<http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/textos/textosbrasil/esferapublica.html>

A Internet e a esfera pública

www.adelmo.com.br/bibt/t196-05htm#

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Ed. Porto Alegre: Tchê, 1987. Pp.91-136.

LIVROS

NORDAU, Max. *As mentiras convencionais da nossa civilização*. Ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

NORDAU, Max. *Paradoxos*. Ed. São Paulo: Culutura Moderna, 1935.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. Ed. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

GOLOMB, Jacob. *Nietzsche e Sião*. 1ª Ed. São Paulo: Madras Editora, 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.